

ISSN 2339-053X  
7 89233 91053 0031 37

ANO 3 - NÚMERO 37 - NOVEMBRO 2017

# Xapuri

**SOCIOAMBIENTAL**

R\$10



## **CONSCIÊNCIA NEGRA**

Cumé que a gente fica?

p. 17

## **CONJUNTURA**

Esse Congresso não caiu do céu

p. 20

## **SUSTENTABILIDADE**

Adoecemos a Terra, e a Terra nos adoce

p. 44

## **O POVO NEGRO NO BRASIL:**

**UM PAÍS  
AFRICANIZADO**

p. 08

# DEFENDER A CAIXA É DEFENDER O FUTURO



A Caixa sempre esteve ao lado dos brasileiros. Ela é o banco da casa própria, do FGTS, da poupança, dos programas sociais, do saneamento básico, do esporte, da cultura, das loterias.

Mas essa Caixa 100% pública, forte e social, fundamental para o futuro do país, está seriamente ameaçada. É urgente barrar os planos do governo para privatizar o banco.

Acesse o site e conheça a campanha do Comitê Nacional em Defesa da Caixa, composto pela Fenae e outras entidades.



[www.defendaacaixa.com.br](http://www.defendaacaixa.com.br)



## DEFENDA A CAIXA VOCÊ TAMBÉM

“Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece há um milagre que não estamos vendo.”

João Guimarães Rosa

## COLABORADORES/COLABORADORAS NOVEMBRO

Adélia Bezerra Hostin dos Santos – Educadora. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Antenor Pinheiro – Jornalista. Bia de Lima – Educadora. Eduardo Henrique – Fotógrafo da Natureza. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Emir Sader – Sociólogo. Iêda Vilas-Boas – Escritora. Jaime Sautchuk – Jornalista. José Silvestre Prado de Oliveira – Geógrafo. Leonardo Boff – Escritor. Lúcia Resende – Educadora. Madalena Guasco Peixoto – Educadora. Maurelio Moreira de Araújo – Educador. Trajano Jardim – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista.

## CONSELHO EDITORIAL

- |                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| 1. Jaime Sautchuk – Jornalista       | 7. Emir Sader – Sociólogo              |
| 2. Zezé Weiss – Jornalista           | 8. Graça Fleury – Socióloga            |
| 3. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo | 9. Jacy Afonso – Sindicalista          |
| 4. Ângela Mendes – Ambientalista     | 10. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista |
| 5. Antenor Pinheiro – Jornalista     | 11. Iêda Vilas-Bôas – Escritora        |
| 6. Elson Martins – Jornalista        | 12. Trajano Jardim – Jornalista        |



## EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental  
**Telefone:** (61) 9 9967 7943. **E-mail:** contato@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Geovana Vilas Bôas (61) 9 9884 4810. **Edição:** Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 98135-6822. **Revisão:** Lúcia Resende. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires – 386/ GO. **Menor Aprendiz:** Ana Beatriz Fonseca Martins. **Mídias Sociais:** Eduardo Pereira. **Logística:** Calleb Reis. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa – Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. **Distribuição:** Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

**A** sociedade brasileira tem muita sorte de ser o que é, um abençoado amálgama de etnias e culturas. Nossa diversidade é motivo de alegria e muito orgulho. É nossa marca, visível nos sorrisos e olhares, em nosso falar, do Caburaí ao Chui. Ainda, ainda estamos longe da plena igualdade.

Isso é motivo de reflexão em novembro, o Mês da Consciência Negra, em que reverenciamos a memória do grande líder Zumbi dos Palmares. Ele morreu na guerra contra a escravidão, hoje extinta, mas a luta contra a desigualdade ainda se faz necessária.

A regularização fundiária dos remanescentes de quilombos em todo o país é parte dessa luta. Não que queríamos os negros lá, segregados em reservas próprias, mas os quilombolas atuais são museus vivos, de enorme relevância por guardarem parcela significativa da cultura trazida da África.

Esse é, por isso tudo, o tema de capa desta edição de Xapuri, e também de várias outras matérias. Podemos dizer que abordamos de forma ampla, bem abrangente mesmo, a situação atual do negro em um país africanizado, como é o nosso.

É claro que você irá se deparar com um repertório de outros assuntos, em textos e imagens, ao folhear estas páginas. Mas gostaríamos de concentrar sua maior atenção neste, como forma de contribuir ao permanente debate que ele suscita.

Bom leitura!

**Zezé Weiss e Jaime Sautchuk**

**Editores**





## Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

*Eu adoro a Xapuri. Claro que quero renovar a minha assinatura!*  
**Bruno Imbroisi – Brasília – Distrito Federal.**

*Muito honrada em fazer parte do Conselho Editorial da Xapuri. Contem comigo, sempre!*  
**Angela Mendes – Rio Branco – Acre.**

*Gosto cada vez mais da excelente revista Xapuri. Assinatura renovada!*  
**Heloisa Sista – São Carlos – São Paulo.**

*A melhor revista que já li, sobre sustentabilidade, natureza e reportagens sobre o meio ambiente.*  
**Lucimari Pereira – Itapevi – São Paulo.**

*É uma revista que desperta maior atenção à natureza e ao meio ambiente. Diante da correria diária, não paramos para reparar nos detalhes. Vocês, da revista, reúnem esse tipo de informação e despertam em nós, leitores e admiradores, a vontade de cuidar melhor do meio em que vivemos, por nós, pelos outros, pelos animais e pelas gerações que virão.*  
**Lais Silveira – São Bento do Sapucaí – São Paulo.**



## As imagens mais populares da @revistaXapuri

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

### #revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!



08

### CAPA

O povo negro no Brasil: um país africanizado

24

### ECOLOGIA

Aí vêm as chuvas

17

### CONSCIÊNCIA NEGRA

Cumé que a gente fica?

32

### MEMÓRIA

Nina Simone: voz retumbante e inconfundível na luta pela igualdade racial

20

### CONJUNTURA

Esse Congresso não caiu do céu

48

### URBANIDADE

O carro verde no Brasil

**Xapuri** – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

**Boas-Vindas!**

19

### BIODIVERSIDADE

Cactáceas da Caatinga: o quipá

37

### MITOS E LENDAS

A lenda de Ossaim, o senhor das folhas

22

### CULTURA

Piripkura: documentário sobre indígenas isolados vence festival de cinema do Rio

38

### PERFIL

Iêda Leal de Souza: uma insurgente negra na coordenação do MNU

26

### ECOTURISMO

Circuito do Ouro inspira o Planalto Central

44

### SUSTENTABILIDADE

Adoecemos a Terra, e a Terra nos adocece

31

### GASTRONOMIA

Azeite de dendê: condimento essencial da culinária afro-baiana

50

### SABEDORIA AFRICANA

UBUNTU: eu sou porque nós somos

# O POVO NEGRO NO BRASIL: UM PAÍS AFRICANIZADO

Jaime Sautchuk

Não faz tanto tempo assim, eu seguia de Salvador a Feira de Santana, na Bahia, quando, no meio do caminho, percebi certa movimentação no rumo de um lugarejo e fui ver o que se passava. Era um folguedo próximo à vila de Maracangalha, que não passava, em verdade, de uma animada roda de samba rural, tradicional na região.

Ao fundo, no descampado, as ruínas de uma usina de açúcar abandonada denunciavam o passado econômico daquela área, que hoje é distrito do município de São Sebastião do Passé. Por ali já foram plantadas outras culturas de mão de obra intensiva – algodão, cacau e fumo, por exemplo –, ao sabor do mercado, como no restante do litoral nordestino, da Bahia ao Maranhão.

A batida muito peculiar dos tambores do lugar demonstrava o quanto é verdadeira a tese de tantos pesquisadores que colocam ali, naquele samba-de-roda baiano, a origem do samba hoje tocado no Brasil inteiro. E que o genial Dorival Caymmi conseguiu transportar ao seu violão, com rigor absoluto, em peças como “Maracangalha”, um clássico da música brasileira.

Em seus dicionários musicais, Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade concordam em que esse ritmo e essa dança vêm de bem mais longe, no tempo e no espaço. Suas raízes estariam no Zamba (ou Zemba) tocado, cantado e dançado em muitas partes da África e de lá trazido pelo imigrante africano que veio aportar por aqui.

O caso serve apenas como um pequeno exemplo da fabulosa importância que esses imigrantes tiveram na formação da cultura brasileira. Hábitos, costumes, onde se inclui também

a culinária e a religiosidade, e mesmo a língua portuguesa aqui falada seriam muito outros não fosse a decisiva, fundamental, participação negra na vida nacional, na formação do que chamamos, com muito orgulho, de povo brasileiro.

Em sua majestosa obra “Casa-Grande & Senzala” (1933), o sociólogo Gilberto Freyre demonstra como esse processo se deu, em que a própria arquitetura das casas de fazendas levava ao convívio, em vez de confronto. Ele é acusado, todavia, de pintar a imagem de um “senhor bonzinho” e de um “escravo complacente”, o que não chega a ser verdade, pois ele demonstra também a violência e a desigualdade que havia no processo, sem generalizar.

Na realidade, as duas situações existiram. Tanto que de uma parte ocorreu a convivência, a solidariedade, uma espécie de troca que se reflete na sociedade, que poderíamos chamar de interação. E, de outra, houve a resistência e a revolta, com igual ou mais intensidade, que reflete a autodefesa, com rebeliões e fugas, como veremos mais adiante.

Aliás, são incontáveis os fatores que demonstram que as relações do Brasil com a África, desde o início, sempre foram muito mais profundas do que aquelas mantidas por Portugal com aqueles povos. O Brasil é um país africanizado, Portugal não – as relações luso-africanas eram de dominador-dominado, e pronto.

Já as relações brasileiro-africanas sempre tiveram um sentido de interação, de convivência, pois “a África nos civilizou”, como escreveu José Honório Rodrigues em seu livro “Brasil e África”, obra de dois volumes publicada pela primeira vez em 1961, pela

Editora Civilização Brasileira.

Ele defende que “somos uma República Mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem ‘latino-americanos’; fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados”. Freyre, em complemento, com certo exagero, dizia que “o Brasil é a mais avançada democracia racial do mundo”.

Ao visitar o Brasil, em 1996, o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, grande liderança da África Independente, disse, em conferência que proferiu em Brasília: “Não sei o quanto vocês sabem sobre a África, mas deveriam saber bastante. Geograficamente, vocês estão próximos da África; e me dizem que, depois da Nigéria, o Brasil tem o maior contingente de negros do mundo. Assim, aprecio esta oportunidade de falar sobre o meu continente, que é o continente dos ancestrais de milhões de brasileiros”.

Em verdade, nossas relações com as colônias portuguesas da África eram tão fortes que Portugal temia que o Brasil, ao se tornar independente, as incorporasse como seus territórios ultramarinos. No Tratado do Rio de Janeiro (agosto/1825), em que reconhece a Independência, Lisboa fez questão de deixar essa questão bem clara. Já no seu Artigo III, o documento diz: “Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposição de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”.

D. Pedro I aceitou com tranquilidade essa imposição, sob o forte argumento de que não faria sentido um país recentemente liberto da condição de colônia se transformar, ele próprio, em poder colonial. Há, no entanto, registros históricos de que em Angola, Guiné Portuguesa, Mo-

çambique e Goa existiam movimentos em favor da tese de anexação ao Brasil, como forma de se livrarem de Portugal.

Como curiosidade, vale registrar que, 150 anos depois, em 11 de novembro de 1.975, quando o líder guerrilheiro Agostinho Neto proclamou a independência de Angola, o Brasil foi o primeiro país a reconhecê-la.

## ESCRAVATURA

A presença de pessoas provenientes do continente africano se confunde com a história do Brasil, pois teve início ainda na década de 1.530. Com a diferença que esses homens e mulheres chegavam ao solo tupiniquim em situação de profunda desvantagem em relação ao colonizador vindo da Europa. Vinham pra trabalhar, apanhar e morrer como escravos, na visão do colonizador.

Só se igualava ao indígena nativo que, quando não eliminado logo à primeira vista, também era subjugado, maltratado, segregado e escravizado pelo invasor europeu. No entanto, o Brasil aboliu a escravização dos índios em 1.758, 130 anos antes da proibição completa da escravatura em relação ao negro. A Igreja Católica era contrária à escravização do índio, mas indiferente quanto à do negro.

É sempre bom lembrar que Portugal não inventou a escravidão nem tampouco os grupos de negros africanos trazidos ao Brasil foram os primeiros seres humanos escravizados. Desde seus primórdios, a história da Humanidade é repleta de exemplos de gente de todos os continentes, todas as cores de pele, todas as crenças, que foi submetida a ela, quase sempre após derrotas em guerras.

São bastante citados os casos do Egito Antigo, em que os faraós mantinham um séquito de escravos ao redor de seus palácios. Também na Grécia e Roma de antes da Era Cristã já era usado esse tipo de trabalho em larga escala, de modo que o escravo era um dos componentes da escala social, já nascendo nessa condição.

É fato, de igual modo, que esse regime socioeconômico existia na África Negra desde muitos séculos antes da chegada dos europeus por lá. Nas guerras entre diferentes povos, os derrotados eram apreendidos, escravizados e muitas vezes comercializados dentro e fora de seus domínios. Passavam a ser moeda de troca até mesmo muito ao norte, acima do deserto do Saara, nos países árabes.

É certo que sempre se divulgou no Ocidente muitos mitos inventados e mentiras mal-intencionadas sobre a África. A começar pela generalização, como se fossem povos iguais, ignorando a enorme diversidade

de cultural e mesmo étnica que existe entre eles.

Há, no entanto, abundante historiografia séria, documentada, que nos dá conta de que o traficante de escravos europeu, não apenas o português, adquiria pessoas já escravizadas nesse mercado existente.

Inicialmente, o processo histórico brasileiro foi etnicamente discriminador, por imposição da minoria dominadora, mas é inegável que ao longo dos séculos isso mudou. Desde o início, também, a média mensal de chegada era de 1.000 escravos e foi subindo até atingir seu auge já no século XIX, após a Independência, quando chegou a alcançar 4.200 por mês.

Essa presença era visível a olho nu. Por exemplo, o cientista alemão Carl Friedrich Von Martius, que percorreu o Brasil no início do século XIX, dizia que não via traços europeus no brasileiro. Ele sentia muito mais a presença do negro e do indígena na sociedade como um todo.

Embora não haja estatísticas

acuradas sobre isso, além de portugueses, já havia se instalado em solo tupiniquim um bom número de franceses, holandeses e ingleses. Sem falar nos descendentes de europeus nascidos aqui. Mas era uma quantidade que não chegava a alterar a composição étnica e cultural apontada por Von Martius na coletividade brasileira.

Depois disso, também já no Império, houve um intenso processo cujo objetivo maior era o de “esbranquiçar o Brasil”, embora as justificativas oficiais fossem outras. Uma delas era a de acolher refugiados de guerras e de crises econômicas no velho continente, na maioria provenientes da Alemanha, Itália e países do Leste Europeu, como Polônia e Ucrânia. Hordas deles foram asentados principalmente na Região Sul do país.

## AMARGO AÇÚCAR

Os primeiros africanos escravizados chegaram ao Brasil pra sentir o gosto amargo do açúcar. Entraram pela Capitania de Pernambuco, onde se iniciavam as grandes plantações de cana e o colonizador português enfrentava a “falta de braços” pra pegar no pesado das lavouras.

Ocorre que, naquele tempo, apesar de estar na fase dos descobrimentos, o Império Português ainda vivia num sistema semifeudal, quase na Idade Média, com senhores da terra, vassallos, servos e artesões. Os agricultores (servos) viviam em condições degradantes, mas se recusavam a deixar seu país pra encarar um regime igual, servil, no além-mar.

Além do mais, à época Portugal tinha uma população de mais ou menos 2 milhões de habitantes. Boa parte dela se ocupava

do comércio e da conquista de novos territórios, principalmente na África e Ásia, atividades consideradas mais importante à grande potência que o país julgava ser.

Contudo, o território lusitano tampouco dispunha de tanta terra e condições climáticas propícias à produção de alguns alimentos e matérias-primas de origem agropecuária, como o algodão e o couro, na quantidade que precisava.

As cidades de Recife e Salvador, na Bahia, passaram a ser, então, as portas de entrada de escravos no Brasil. Todavia, desde logo, boa parte deles era encaminhada a outras regiões do país, em especial ao vale do rio Paraíba do Sul, ou seja, Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e norte de São Paulo. Além, é claro, do restante do Nordeste, com destaque ao Maranhão. Essa situação se manteve durante os séculos XVI e XVII.

Houve, naquele período, problemas de outra ordem. Foi o que ocorreu, por exemplo, no início do século XVII, quando aquela parte do Brasil ficou fora do controle português. A invasão holandesa, que começou por Salvador, em 1.624, atingiu Recife, Olinda e o restante do Pernambuco a partir de 1.630 e durou até 1.654. No fundo, era uma disputa pelo controle do açúcar e do tráfico de escravos.

De qualquer modo, o fator distância pesava muito na escolha desses dois portos, pois estavam mais próximos dos locais de embarque na África. Dependendo do ponto de partida, em condições normais, a viagem durava de 35 a 55 dias, de modo que muitos negros cativos morriam no percurso. Afinal, eles eram jogados nos porões, muitas vezes

acorrentados e amontoados, em condições favoráveis a doenças e à fome.

Isso significava prejuízos, já que essas pessoas eram tratadas como outro produto qualquer, num tenebroso comércio. Eram compradas de intermediários de lá e vendidas a comerciantes daqui, por preços que variavam de acordo com sua origem, idade, condições físicas e gênero.

Em geral, as mulheres eram um quarto do total, e valiam menos, mas eram trazidas porque eram muito usadas em serviços domésticos, como os de cozinheira, arrumadeira, engomadeira, ama-de-leite e assim por diante. Eram usadas, também, como objetos sexuais pelos seus donos e geravam crianças chamadas de “filhos sem pai”, que viviam livres nas fazendas.

Aos comerciantes portugueses, interessavam mais as pessoas apanhadas nos territórios dominados por Portugal em ambos os lados do continente africano. Vinham também de Daomé e trechos da Costa da Mina, da Guiné e de outros lugares, mas as referências eram Angola e Moçambique. Um, na costa do Oceano Atlântico, outro na do Índico. Um de frente, outro de costas pra América do Sul, digamos assim.

Grande parte dos escravos vindos eram de uma vasta região do vale do rio Congo, o maior rio africano em volume de água, já que o Nilo é o maior em extensão. De muitas formas, apesar de bem menor, o Congo se parece com o rio Amazonas, até por percorrer amplas planícies cobertas de densa floresta tropical, embora forme grandes lagos, o que não ocorre no caso brasileiro.

Muitos recebiam a designa-



ção de “escravo de Mina”, mas não era por causa de sua etnia ou porque trabalhassem em mineração. Era por serem embarcados no porto de São Jorge de Mina, como os portugueses denominavam Elmira, que hoje estaria na República de Gana, próximo de onde é Accra, sua capital.

Esses pontos de embarque eram todos na parte ocidental da África, o caminho mais curto. Mas, isso mudou a partir de 1.815, já na fase final da escravidão negra. Foi quando a Inglaterra adotou a proibição do tráfico de escravos e passou a fiscalizar o transporte marítimo nas rotas mais usadas. A opção dos traficantes passou a ser a costa oriental, de modo que Moçambique passou a ser o principal local de partida.

## OURO E GUERRAS

Se o papel do escravo africano nas lavouras de cana-de-açúcar, café e outros produtos agropecuários brasileiros foi sem igual, pois sem ele esse processo nem teria ocorrido, o mesmo se pode dizer da mineração, em especial a de ouro. Só nos dois grandes ciclos desse metal, o mineiro e o goiano, foram duzentos anos de intensa atividade, que atulhou de dinheiro os cofres da corte portuguesa.

O indígena escapou dessa tarefa graças, em grande parte, à sua ignorância no assunto. A ele, valia muito mais uma bela pluma de pássaro do que uma baita pepita de ouro. Ao africano não, pois o precioso metal era valorizado entre as gentes de lá, fazia parte de sua cultura milenar como adorno do corpo inclusive, mas tinha também grande valor econômico e era usado nas trocas locais e com outros povos.

O negro sentia o brilho de longe, sabia diferenciar os veios, ver onde poderia haver maior quantidade e valeria a pena remexer a terra. Na bateia, então, algumas rodadas lhe bastavam pra separar o pedregulho das pepitas. Por isso, foi submetido a prolongadas e penosas jornadas, sob Sol, chuva e olhares vigilantes dos donos de garimpos.

Os anos 1.700 formaram o “século do ouro”. Foram esgotados os veios de Minas Gerais, onde se formaram as duas dezenas de cidades históricas hoje conhecidas mundialmente. E na década de 1720 teve início a ocupação do Planalto Central e de todo o Centro-Oeste, estendendo as fronteiras do Brasil no sentido oeste, bem além do que estabelecia o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha.

Em 1865, com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o presidente Abraham Lincoln decretava a extinção da escravidão naquele país. O Brasil, no entanto, entrava na Guerra do Paraguai, em que perto de 150 mil soldados se envolveram, a maioria dos quais negros escravos. Dentre os cerca de 50 mil brasileiros que morreram naquele conflito, eles também eram a esmagadora maioria.

## ABOLIÇÃO

A abolição da escravatura sempre foi uma tese defendida por brasileiros que viam nela o caminho pra se reparar um erro histórico de Portugal. Mas foi somente no Século XVIII que a tese ganhou volume e foi finalmente vitoriosa, num processo gradual que culminou em 1.888, quando todos os escravos foram postos em liberdade.

Ao anunciar o rompimento

com Portugal, em 1822, D. Pedro I se deparou com um dilema terrível. Em seu livro “A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil” (1.976), o pesquisador inglês Leslie Bethell conta em detalhes que, por um lado, o imperador obteria amplo apoio internacional à Independência se suspendesse o tráfico, seguindo a decisão que a Inglaterra já havia tomado.

Por outro lado, porém, ele se deparava com as pressões das elites conservadoras daqui, da colônia, que preferiam ficar sob o jugo de Portugal a abrir mão de seus escravos. Em sua viagem ao interior de São Paulo, nas semanas que antecederam o 7 de setembro, ele ouviu dos representantes desses senhores que eles apoiariam a independência, mas desde que não fosse abolido nem o tráfico, tanto menos a própria escravidão.

Na volta ao Rio de Janeiro, depois de gritar “Independência ou Morte”, junto ao riacho do Ipiranga, Pedro I já tinha tomado a decisão de não mexer com essa questão naquele momento. Já no ano seguinte, o primeiro-ministro José Bonifácio de Andrada anunciava medidas que iriam extirpar “esse cancro”, como ele chamava a escravidão. E reforçou essa visão em mensagem à Assembleia Constituinte, em 1.824.

O movimento abolicionista cresceu em volume, envolvendo todos os setores da sociedade, com destaque a artistas, intelectuais e lideranças universitárias. Na poesia, por exemplo, tivemos Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e a exuberante verve do baiano Castro Alves, que muito ajudaram no processo de combate às elites escravistas.

No entanto, várias décadas se passaram sem que nada ocor-



resse que indicasse verdadeiramente o caminho da abolição, até que fosse aprovada, em 1871, a Lei do Ventre Livre, de autoria do Visconde do Rio Branco. Toda criança filha de escravos que nascesse a partir dali já estaria livre. E seguiram-se outras leis, como a dos Sexagenários, que foram abrandando a situação até o 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, como regente do reinado de seu pai, D. Pedro II.

A decisão desagradou profundamente os senhores de escravos, os ruralistas de então, que passaram a apoiar o movimento que levou à derrubada do Império e à Proclamação da República, no ano seguinte. Contudo, muito estados já haviam adotado a abolição por medidas locais, como é o caso do Ceará, onde a escravatura já não existia desde 1885.

Entretanto, esses ex-escravos e escravas foram postos em liberdade sem que nenhuma me-

da preparatória fosse tomada, de modo que foram jogados no mundo, ao deus-dará. E a realidade era bem mais severa. Esse processo acabou com a escravidão, mas não acabou com o racismo, a discriminação, a segregação, a situação de profunda desigualdade econômica e social, enfim.

## PALMARES E ZUMBI

Podemos dizer que o africano trazido à força ao Brasil nunca aceitou docilmente essa situação. Muitos se rebelavam ainda nos navios, mesmo prevendo que seriam contidos, no mais das vezes pagando com a vida e simplesmente jogados ao mar, aos tubarões. Depois de chegados, quanto maior fosse a opressão, maior seria sua reação.

O sociólogo Clóvis Moura, profundo conhecedor do assunto e um dos pioneiros do moderno movimento negro no Brasil – e crítico de Gilberto Freyre –, escreveu mais de uma dezena de

livros sobre esse tema. Em um deles, “Rebeliões da Senzala” (Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1972), ele afirma: “Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até à formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições citadinas e em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais”.

Moura e tantos outros estudiosos ressaltam, contudo, que as rebeliões de escravos não eram elaboradas a ponto de visarem à tomada do Estado ou mesmo de pôr fim ao regime escravocrata. Em geral, sua característica era a necessidade individual de se safar da situação escrava, o que não era uma empreitada muito fácil.

Mesmo quando eles fugiam em grupos e erguiam choças em locais supostamente ermos, mas não muito distantes, eram caçados por capitães-do-mato e bugreiros (jaquãos) e seus ra-

feiros (cães amestrados), presos de novo ou executados, caso resistissem. Essa era a regra geral, mesmo quando os fugitivos evitavam ajuntamentos e se espalhavam por amplos territórios.

De qualquer modo, a criação de quilombos foi a forma mais eficaz de se alcançar a liberdade dentro do território nacional. Isto porque foram muitos os casos de fugitivos que conseguiram retornar ao continente africano.

Não há dúvidas de que o maior dos quilombos brasileiros foi o de Palmares, que durou mais de um século e serviu de exemplo, meio mitológico até. Ficava na Serra da Barriga, então Pernambuco, distante de áreas urbanas, a região de mais difícil acesso naquela Província.

Era uma área enorme, metade do que é hoje o Pernambuco, indo até as margens do rio São Francisco, de topografia acidentada e uma mescla de mata fechada com palmeirais (palmares) nativos nos topos dos morrotes. Hoje, boa parte do território estaria em Alagoas, onde está a cidade de União dos Palmares.

Tudo começou com a revolta dos escravos de um engenho de açúcar que, armados apenas com foices, chuços e paus atacaram e dominaram seus amos e feitores, segundo conta o historiador Décio Freitas, em “Palmares – A Guerra dos Escravos” (Editora Movimento, Porto Alegre-RS, 1973). E arremata: “E assim, viram-se senhores do engenho que fora tanto tempo o instrumento da sua opressão. Mas quedaram perplexos: que fazer da liberdade que haviam conquistado?”.

Corria o ano de 1580 e já havia muitos exemplos de revoltas que foram sufocadas, como se-

ria também a deles. Se ficassem na usina, logo seriam cercados por forças bem armadas. Se fugissem pra perto, logo seriam alcançados. Daí a decisão de andar semanas e semanas até a região dos Palmares. Mas a simples escolha do local denunciava que o território já havia sido percorrido por alguns deles.

Ergueram, então, onze vilas, chamadas de mocambos, que começaram com cerca de três mil pessoas e chegaram a ter 40 mil habitantes. Muitos foragidos de prisões e senzalas da Bahia e de todo o Nordeste foram se incorporando ao empreendimento.

A gestão, de cujos detalhes muito pouco se sabe, era no formato usado por tribos africanas, provavelmente angolanas. Havia um poder central, que prestava assistência, inclusive no papel de judiciário, na mediação de conflitos e aplicação de penas. Por exemplo, homicídios, roubos, adultério e deserção eram punidos com a morte. Encarregados da administração recolhiam soldados dos moradores, que eram pagos em espécie.

O chefe maior era eleito, como na maioria das comunidades africanas, e não tinha poderes absolutos nem linhagem religiosa, num convívio baseado na fraternidade e solidariedade, citando de novo Décio Freitas. Ali, no mocambo Cerca do Macaco, nasceu o menino Zumbi dos Palmares, em 1655, que ainda criança foi raptado e entregue a um missionário português, que o batizou com o nome de Francisco e o educou.

Com idade de 20 anos, porém, ele voltou aos Palmares, à época sob a liderança de seu tio Ganga Zumba, chefe que negociava um armistício com as autoridades da Província, pois estas

havia aprisionado seus três filhos. Zumbi tomou a dianteira e impediu o acordo, destacando-se como comandante militar, o que o colocou na posição de líder maior do quilombo.

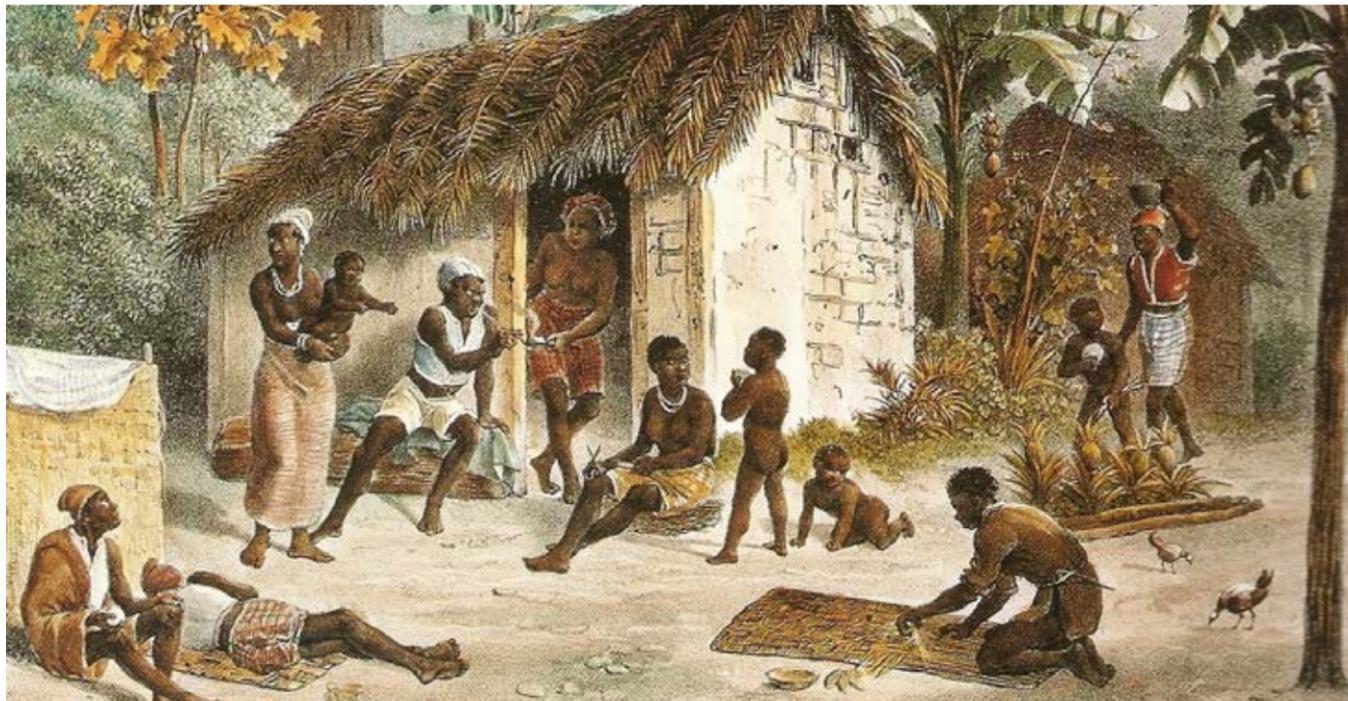
Entretanto, Ganga Zumba prosseguiu as negociações por sua própria conta, foi pessoalmente ao Recife, acompanhado de um séquito de 40 homens, e fechou um acordo com o governador da Província, Aires de Souza e Castro. Assim, ele deixou o quilombo e foi morar em umas terras cedidas pelo mandatário. E consta que lá morreu, uns anos depois, envenenado.

Desde lá atrás, no início de tudo, os quilombolas de Palmares já haviam enfrentado incontáveis batalhas contra portugueses, holandeses e senhores de engenhos. Usavam táticas de guerrilha e quase sempre saíam vitoriosos ou pelo menos ilesos, pois ninguém ousava entrar nos redutos por eles dominados, na tentativa de alcançá-los.

Mas eles enfrentavam sérios problemas, entre os quais o de poucas mulheres, o que os forçava a descer a serra, como se dizia, pra raptar negras em senzalas, plantações ou casas de fazendas. Isto era feito com escaramuças e violência, pois eles aproveitavam pra confiscar armas e alimentos.

O fato é que, agora, a fama de Zumbi se espalhava pelo país inteiro, como homem capaz de muitas proezas, que não aceitava negociar com o poder colonial que os escravizava e que, além do mais, tinha o corpo fechado, ninguém conseguiria matá-lo. Pelo sim, pelo não, as histórias que corriam incomodavam as autoridades e os senhores de escravos.

Foi armada, então, em 1687,



uma grande ofensiva contra Palmares, tarefa entregue ao bandeirante Domingos Jorge Velho, então já conhecido matador de índios da Bahia ao Piauí e senhor de fazendas em todo o Nordeste. Ele tinha um exército de 2.100 homens, dentre os quais 1.300 índios cooptados e uns 800 não-índios, inclusive negros.

Foram 7 anos de ofensivas que, aos poucos, foram solapando o quilombo pelas beiradas, mocambo a mocambo, até o derradeiro ataque ao Macaco, iniciado em março de 1695. Delatado por um ex-comparsa, Zumbi foi apanhado no dia 20 de novembro, morto e decapitado. Sua cabeça foi levada ao Recife, onde foi exposta no lugar mais público da cidade, e ali ficou até se decompor.

### CONSCIÊNCIA NEGRA

A partir dali, ao invés de esmorecer, foram formados milhares de novos quilombos pelo Brasil inteiro, muitos dos quais continuaram a existir após a abolição. Hoje, segundo a Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura, há perto de 1900 comunidades remanescentes no país inteiro.

Os quilombolas atuais são museus vivos, de enorme relevância por guardarem parcela significativa da cultura trazida da África, que inclui, em muitos casos, a propriedade e o uso coletivo de terras. E pra lembrar ao Brasil que brasileiros afrodescendentes são partes da nossa sociedade, mas ainda padecem da falta de igualdade verdadeira.



**Jaime Sautchuk**  
Jornalista. Escritor

# CUMÉ QUE A GENTE FICA?

Lélia Gonzalez

*"Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado.*

*Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles.*

*Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioulo da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.*

*Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se le-*

*vantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba.*

*A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente, e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles.*

*Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal-educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...*

*Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que 'preto quando não caga na entrada caga na saída...'*

### HOMENAGEM

Neste mês da Consciência Negra, prestamos nossa homenagem à memória da grande Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual, professora, antropóloga e militante brasileira. Publicado como epígrafe de "Racismo e sexismo na cultura brasileira", este texto dela foi apresentado pela primeira vez na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil", durante o IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 29 a 31 de outubro de 1980.





## MITOS E VERDADES SOBRE O CÂNCER DE PRÓSTRATA

A cada 38 minutos, um homem morre em decorrência do câncer de próstata no Brasil. Para prevenir mais mortes, a Sociedade Brasileira de Urologia preparou uma lista de mitos e verdades sobre essa doença, que representa 28% dos casos de câncer no homem brasileiro:

### VERDADES:

- Ter pai, irmão ou tio com a doença aumenta meu risco: A hereditariedade é um dos principais fatores de risco para a doença. Um parente de primeiro grau com a doença duplica sua chance. Dois familiares com a doença aumentam essa chance em cinco vezes. Para quem tem casos na família, o recomendado é procurar um urologista a partir dos 45 anos.
- Pessoas da raça negra têm maior risco de desenvolver a doença: Estudos apontam que afrodescendentes têm risco 60% maior de desenvolver a doença e a taxa de mortalidade é três vezes mais alta.
- O sedentarismo pode aumentar o risco: O sedentarismo e a obesidade estão relacionados a alterações metabólicas que podem levar a alterações moleculares responsáveis pela gênese da neoplasia.
- A atividade física ajuda na prevenção e no tratamento: Essa prática saudável pode agir de modo protetor e tem sido um fator modificável para o câncer de próstata por causa dos seus potenciais efeitos de fortalecimento imunológico, prevenção da obesidade, modulação dos níveis hormonais e redução do estresse.

### MITOS:

- O câncer de próstata é uma doença do idoso: Embora o risco para a doença aumente significativamente após os 50 anos, cerca de 40% dos casos são diagnosticados em homens abaixo desta idade. Entretanto, a doença é rara antes dos 40 anos.
- PSA aumentado é sinal de câncer de próstata. PSA baixo é sinal de ausência da doença: O antígeno prostático pode apresentar alterações em várias situações que não o câncer, como a hiperplasia benigna da próstata, prostatite (uma inflamação) e trauma. Entretanto, estima-se que o câncer de próstata está presente em 15% dos homens com níveis normais de PSA, daí a importância da avaliação médica e do toque retal.
- Todos os casos de câncer de próstata precisam de tratamento: A indicação da melhor forma de tratamento vai depender de vários aspectos, como estado de saúde atual, estadiamento da doença e expectativa de vida. Em casos de tumores de baixa agressividade há a opção da vigilância ativa, com o monitoramento periódico da evolução da doença e intervenção, se houver progressão da mesma.
- Pode-se esperar os sintomas para procurar o médico: Em estágio inicial, quando as chances de cura beiram 90%, a doença não apresenta qualquer sintoma. Geralmente, os principais sintomas relacionados à próstata são devido a hiperplasia prostática, crescimento benigno da glândula, como jato urinário mais fraco, sensação de urgência miccional ou de esvaziamento incompleto da bexiga, entre outros.

## CACTÁCEAS DA CAATINGA:

# O QUIPÁ

Eduardo Henrique

As cactáceas são apreciadas no mundo inteiro por sua beleza característica, muitas vezes associada às paisagens de regiões áridas, semiáridas e subúmidas.

Além disso, possuem ampla utilização para fins ornamentais, medicinais, ecológicos e alimentares, tanto para animais domésticos e silvestres, como para os seres humanos.

Para se ter uma ideia da diversidade de espécies de cactos no Brasil, de acordo com o site Flora do Brasil do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, são conhecidas 263 espécies de cactos, das quais 188 são endêmicas do país. Os estados brasileiros que mais se destacam em diversidade são Minas Gerais e Bahia, com 107 e 101 espécies, respectivamente.

Com relação ao bioma Caatinga, já foram registradas 94 espécies pertencentes à família Cactaceae, dentre as quais está presente *Tacinga inamoena* (K. Schum) N.P. Taylor & Stuppy, também conhecida popularmente como quipá.

O quipá é um cacto endêmico do domínio fitogeográfico Caatinga, sendo encontrado distribuído por toda a região semiárida do Brasil. Suas flores variam do

laranja intenso ao vermelho, e seus frutos apresentam-se na cor amarela ou laranja fosco, geralmente com quatro centímetros de diâmetro.

Existem relatos da utilização desses frutos e da planta na alimentação humana e de animais domésticos como caprinos, ovinos e bovinos, mas apenas em situações extremas de falta de alimentos.

Mesmo com estudos científicos recentes que demonstraram o elevado valor nutricional desses frutos, sua utilização ainda se encontra limitada devido à presença de gloquídeos, que é um termo técnico da botânica para denominar um tipo de estrutura morfológica dos cactos que agem como espinho, são muito fáceis de penetrarem na pele e difíceis de sair, causando na maioria das vezes fortes irritações.

Por outro lado, diversos animais da Caatinga são especialistas na utilização eficiente dos frutos do quipá, que são abundantes mesmo em anos de pouca chuva, servindo como base alimentar para animais como o macaco-prego (*Sapajus libidinosus*) e o casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*).



Fotos: Eduardo Henrique



**Eduardo Henrique de Sá Júnior** - Estudante de Agronomia na UFRPE, administrador da página Viva Caatinga, fotógrafo da natureza.

## ESSE CONGRESSO

# NÃO CAIU DO CÉU



Emir Sader

**F**ilho feio não tem pai. Parece que ninguém votou para eleger esse Congresso, ninguém financiou suas milionárias campanhas, ninguém influenciou a opinião pública, que deu nesse Congresso.

O Congresso tornou-se a Geni. Não presta, não tem credibilidade, são corruptos, defendem seus próprios interesses. Contribuem decisivamente, junto com esse governo de turno, para desmoralizar a política, para que as pessoas se desinteressem pela política.

Mas quem os elegeram? Quem ganhou com sua desmoralização?

As grandes empresas privadas que financiaram suas campanhas têm uma lógica clara: ter no Congresso quem defenda seus interesses. Quando finan-

ciam campanhas, estão investindo em mandatos, que devem lhes dar retornos. Quando a Odebrecht confessou que financiou 140 deputados, elegeram uma bancada sua, comprou seus mandatos, com parlamentares que não representam os interesses do povo, do país, mas das empresas que pagaram para elegê-los.

O financiamento privado de campanha deveria ser crime, era legalizado e até talvez possa seguir sendo assim, mesmo que de maneira menos aberta. Esses são em parte responsáveis por esse Congresso. E os que se opuseram aos fundos públicos, contribuíram para que esse sistema pudesse continuar como foi até aqui.

Mas outro grande fator são os meios privados de comunicação

que, com seus monopólios, não apenas não contribuem para a consciência da população, difundindo quem são, que interesses defendem, que aprovação rejeitaram nos seus mandatos, não promovem debates abertos, pluralistas. Mas também na sua ação cotidiana, contribuem fortemente para a despolitização, a alienação das pessoas.

Quando a mídia faz campanha contra a política, propaganda que todos os políticos são corruptos, promove o desinteresse pela política, trata de passar a ideia de que todos são iguais. Com isso favorece a despolitização, a possibilidade de que as pessoas votem por qualquer um ou até votem por interesses particulares.

As imensas bancadas dos rura-

listas, da bala, da educação privada, dos evangélicos, ocupam grande parte do Congresso e são responsáveis por essa indecência do Parlamento. Mas para que eles estivessem lá foi preciso o financiamento privado, a despolitização da mídia, a ação daquelas corporações para eleger suas bancadas.

Mas há um fator que tem a ver com o campo popular. Mesmo por pequena diferença, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger, o que quer dizer que o projeto dos governos do PT conseguiu manter sua maioria, mas isso não se refletiu nas eleições parlamentares. Significa que os partidos de esquerda, os movimentos sociais, todos os que compõem o campo da esquerda não conseguiram sequer manter a

composição do Congresso anterior.

Não se conseguiu reeleger uma parte importante dos melhores parlamentares, não se conseguiu eleger nova geração que representasse os jovens, as mulheres, os negros. Os sindicatos não elegeram bancadas que representassem os seus interesses. E cada um de nós não foi capaz de convencer a muito mais gente da necessidade de eleger representantes parlamentares identificados com o governo.

O resultado foi desastroso para a democracia – veja-se o golpe –, para os interesses populares – veja-se os cortes nos recursos para as políticas sociais e nos direitos dos trabalhadores – e para o país – veja-se a liquidação de patrimônio público com as privatizações.

Como diz o ex-presidente Lula,

esse Congresso representa a vontade da população no momento da eleição. E naquele momento, a direita, valendo-se do poder do dinheiro, dos monopólios da mídia e das fraquezas do campo popular, produziu esse Congresso, que não caiu do céu.

Resta agora o campo popular ter candidatos e responsabilizar-se pela sua eleição, apoiar a reeleição dos parlamentares de esquerda, promover novas gerações de candidatos, de jovens, de mulheres, de negros, para que o Congresso seja a cara da sociedade e não a cara de Eduardo Cunha, de Michel Temer e de Aécio Neves.



**Emir Sader**  
Sociólogo  
Autor do livro "O Brasil que queremos."

# PIRIPKURA: DOCUMENTÁRIO SOBRE INDÍGENAS ISOLADOS **VENCE FESTIVAL DE CINEMA DO RIO**



Foto: s3.amazonaws.com

Eduardo Pereira

Com um facão, um machado e uma tocha de fogo, Pakyí e Tamandua, dois dos três únicos sobreviventes do povo indígena Piripkura, vivem isolados da sociedade, caçando, coletando frutos e conversando em voz alta às margens do Rio Madeirinha, no noroeste de Mato Grosso, em uma região cercada por estradas, fazendeiros e madeireiros.

Traduzida em filme por Mariana Oliva (produtora), Renata Terra e Bruno Jorge, a história de Pakyí e Tamandua ganhou a 19ª edição do Festival de Cinema do Rio, na categoria melhor longa-metragem de documentário, no último dia 15 de outubro.

Conforme definição do júri do festival, ao anunciar a premiação de Piripkura, esse filme surge para "nos dar o privilégio de mostrar pela primeira vez o milagre do olhar inocente de dois homens livres, em um documentário que nos devolve uma imagem própria como um espelho e nos obriga a refletir sobre nossas próprias vidas".

O documentário relata as expedições periódicas do indigenista Jair Condor, desde 1989 coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena

da Funai, e de Rita, a terceira sobrevivente Piripkura que, casada com um Karipuna, vive em Rondônia, mas retorna ocasionalmente para acompanhar Jair na busca de vestígios que comprovem a presença dos parentes na região.

Segundo Mariana Oliva, foi Jair que, há cerca de quatro anos, em um encontro com as diretoras, quando documentavam um processo de capacitação da Funai para a formação de novos servidores para trabalhar nas Frentes de Proteção Etnoambientais na Amazônia, contou sua trajetória junto aos Piripkura e expressou sua vontade de que essa história viesse a ser documentada.

Entretanto, é Rita quem conta sobre Pakyí e Tamandua que, depois das ameaças e massacres que resultaram no extermínio de seu povo na década de 1980, optaram por resistir a qualquer forma de contato com a sociedade nacional. Os dois (tio e sobrinho) vivem hoje em uma pequena Terra Indígena interdita pela Funai em 2008. Entretanto, para que esse território continue protegido, a existência de Pakyí e Tamandua tem que ser comprovada a cada dois anos.

Durante a primeira das três expedições da equipe de filmagem com Jair em busca de Pakyí e Tamandua, sinais dos indígenas são encontrados, mas eles não. Somente meses depois, os indígenas apareceram no posto avançado da Funai, em busca de fogo, uma vez que a chama que mantinham acesa, desde 1998, havia se apagado. O registro deste encontro resulta em um dos momentos mais emocionantes do filme.

Produzido pela Zeza Filmes com produção associada da Maria Farinha Filmes e Grifa Filmes, para Mariana Oliva o documentário é um instrumento de reflexão e resistência - "conhecer a capacidade de sobrevivência e plenitude de Rita, Pakyí e Tamandua, apesar da tragédia que atravessa a história do seu povo, nos faz questionar aspectos profundos sobre nossa forma de estar no mundo".

Piripkura segue agora em novembro para o Festival Internacional de Documentário de Amsterdã, para participar da mostra competitiva de novos talentos.



**Eduardo Pereira**  
Produtor Cultural  
@weiss\_guru

## FUNDO DE PENSÃO É COISA SÉRIA

### PARCERIA SINDPD-DF E ANAPAR PARA FORTALECER CONQUISTAS

Os Fundos de Pensão ou a Previdência Complementar são temas que sempre foram de grande preocupação do movimento sindical, pois se trata do dinheiro que o trabalhador, por opção, poupou durante toda sua vida de trabalho para melhorar sua aposentadoria, quando este vir a encerrar sua vida laboral.

A parceria SINDPD-DF e ANAPAR visa fortalecer a luta que esta Associação tem travado com o governo federal que, de olho no montante acumulado, movimenta sua base parlamentar, com objetivo de ingerir na governança dos fundos através de propostas e projetos de lei ou por ações da Previc, órgão de fiscalização às entidades de Fundos de Pensão, que passou a editar resoluções no intuito de



controlar com bastante rigor a gestão compartilhada pelas empresas e pelos trabalhadores. Todo este esforço tem como alvo inserir o "mercado" na gestão destes fundos, entregando um patrimônio conquistado a duras penas a um setor que nunca contribuiu.

A ANAPAR nasce da necessidade de unificar a luta de todos os participantes dos fundos de pensão brasileiros, ativos e aposentados, vinculados aos fundos fechados ou abertos, sejam eles patrocinados por empresas públicas ou privadas, ou pelos governos federal, estadual e municipal, com o objetivo de representar e defender os interesses dos participantes de fundos de pensão, inclusive, representar judicialmente seus associados junto aos poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário -, junto às empresas patrocinadoras e às entidades de previdência.

No dia 19 de outubro foi realizado o XII Encontro de Dirigentes de Fundos de Pensão, em Brasília, evento que faz parte da agenda da ANAPAR em conjunto com a FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal). O SINDPD-DF esteve representado por membro de sua diretoria para fortalecer a participação dos trabalhadores e participantes no direito conquistado.

Dia 21 de novembro haverá novo debate promovido pela ANAPAR em Brasília com vistas a elaborar uma proposta que contraponha as resoluções da Previc, que tendem a beneficiar empresas do setor privado do "mercado" e esclarecer qual o verdadeiro papel da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.





# ÁI VÊM AS CHUVAS

Altair Sales Barbosa

Logo começará a estação das chuvas, a atmosfera ficará mais limpa das poeiras e das fuligens das últimas queimadas, o calor sufocante desaparecerá, os rios começarão a ter mais águas e algumas represas iniciarão a retomada de suas cargas. Essas pequenas amenizações farão até com que esqueçamos que há bem pouco tempo estávamos vivenciando um período caótico de seca. E assim a vida continua...

As águas que enchem os rios logo correm para o mar. As águas que

precipitam sobre as áreas urbanas escoam rapidamente e não infiltram nos solos, porque esses se encontram impermeabilizados pelo asfalto. Logo virá um pequeno veranico que despertará novamente as memórias de que os rios estão secos e que teremos que enfrentar, outra vez, a falta d'água.

Termina o veranico e tudo se apaga de nossas memórias. Tudo parece voltar ao normal, até que a estação seca chegue de novo, e aí comecem de novo os movimentos, seminários, críticas, audiências públicas, etc. E, assim, o ciclo deve continuar por mais uns cinco a dez anos, quando as águas dos córregos, dos poços e dos rios desaparecerão por completo. E então será tarde demais.

Isso acontece porque nos falta entender que a Terra é um sistema dinâmico, cujos elementos não estão superpostos, mas interagem formando complexos ecossistemas. Dessa forma também funciona o Sistema do Cerrado, de cujo equilíbrio dependem as outras matrizes ambientais brasileiras. Aliás, nem sei porque ainda fiz essa afirmação, se já venho falando sobre isso há mais de quarenta anos.

O padrão pluviométrico do Cerrado já enfrentou diversos impactos naturais, como glaciações, El Niño, La Niña, mas, de modo geral, tem permanecido o mesmo por milhares de anos. Como prova é a adaptação das plantas ao regime pluviométrico de duas estações definidas, uma seca outra chuvosa. Entretanto, a quantidade de água que dispersa do Cerrado tem diminuído de forma significativa pela ação do homem, de forma irreversível.

Uma dessas ações pode ser caracterizada pela retirada da cobertura vegetal nativa, impedindo dessa forma a retenção das águas pluviais nos lençóis subterrâneos, que são alimentadores de cursos d'água superficiais. Outras ações se caracterizam pela captação das águas dos rios para irrigação em larga escala. A água, dessa forma, se perde pela evaporação. Outros fatores que provocam defluências, do curso superficial em larga escala para canais longos e profundos, podem provocar de forma parcial ou irreversível o desaparecimento do corpo hídrico.

O fenômeno da urbanização, que assola a contemporaneidade com

pavimentação que cobre grandes espaços, favorece o escoamento rápido das águas das chuvas. Com isso, essas águas não infiltram no solo, provocando cheias ou enchentes que trazem como consequência transtornos urbanos, e o mais grave é que impulsionam as águas na direção da calha dos corpos hídricos que com o aumento da velocidade, chegam mais rápido aos oceanos.

A retirada da cobertura vegetal natural acelera os processos erosivos que, por sua vez, provocam os assoreamentos. Mas a parte da água continental mais afetada trazida pelas chuvas é o Sistema Subterrâneo, que é um reservatório no ciclo hidrológico, localizado abaixo da linha do solo.

A fonte imediata da água subterrânea é a precipitação cuja água se infiltra no solo em virtude de diversos fatores, porosidade, captação pelas raízes das plantas. Embora a fonte imediata seja a precipitação, a origem e destino final dessas águas são os oceanos.

Essas águas são depositadas num primeiro momento nas camadas superficiais do solo, formando o lençol freático que, uma vez saturado, penetra lentamente até encontrar impermeabilidade, formando ao longo de muito tempo os lençóis profundos denominados de lençóis artesianos ou aquíferos.

Os aquíferos se localizam entre os poros de rochas sedimentares, mas também são localizados nas galerias cársticas que se formaram por longo tempo. Seu deslocamento é lento, todavia, mais dias, menos dias, chegam aos oceanos.

Os aquíferos são responsáveis pelas nascentes que dão origem à maioria dos

rios da Terra. Sua existência está na dependência das águas precipitadas e de suas captações, principalmente pelas vegetações de raízes profundas e de sistemas radiculares complexos.

Se a vegetação for retirada, ocorre considerável variação da quantidade de água contida nos aquíferos, o que pode culminar com seu desaparecimento. Temos que ser vigilantes com o que acontece ao nosso redor e lembrarmos, mais uma vez, das reservas de água que ainda se encontram debaixo dos nossos pés.



**Altair Sales Barbosa**  
Doutor em Antropologia.  
Pesquisador do CNPQ

## “COMO PODE O PEIXE VIVO, VIVER FORA D'ÁGUA FRIA?”

A primeira chuva já não chove em junho, julho, agosto ou setembro.

A primeira chuva de outubro só chegou no final da tarde do último dia do mês. Os rios secaram, a primavera foi de poucas flores.

A terra, as plantas, os frutos e o ar estão envenenados.

Nós também estamos envenenados pela toxina do consumo e do capital.

Já tem dias que aqui em casa não tem água para beber.

A Chapada dos Veadeiros queimou. A chuva chegou e apagou as queimadas. Parece que vamos esquecer tudo de novo.

E a fila vai continuar andando.

Em 2018, as “galinhas pretas” comerão muito mais vacas, mortas de fome e de sede.

Já dizia o bom Antônio Conselheiro: “O sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão”.

E as “galinhas pretas” continuarão voando à espreita dos cardumes que

morrerão fora d'água.

“Como pode o peixe vivo, viver fora d'água fria?”

Maurelio Moreira de Araújo – Professor.

# CIRCUITO DO OURO

## inspira o Planalto Central

Jaime Sautchuk

O chamado Circuito do Ouro, em Minas Gerais, servirá de inspiração à formação de um roteiro de ecoturismo no Cerrado do Planalto Central brasileiro. Vinte operadores dessa região rodaram por Minas no final de outubro, a convite do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae), que coordena o projeto nesta fase.

A viagem durou cinco dias, começando pelo Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte, e pelas cidades de Itabirito e Ouro Preto e foi terminar nos parques do Caraça e da Serra da Piedade. Foi uma ação cuja finalidade era demonstrar como funciona um circuito turístico, envolvendo o poder público e a iniciativa privada.

É uma perspectiva de longo prazo, portanto. Os componentes do grupo devem ter uma visão regional e local, conscientes de que o turista que visita ou se hospeda em seu empreendimento quer desfrutar de mais lugares. E os operadores também valorizam os roteiros que envolvam várias cidades e tipos de atrativos.

Um exemplo bem ajeitado disso o grupo viu como funciona em Itabirito, cidade de 50 mil habitantes, onde as autoridades locais têm o turismo como uma atividade econômica de grande importância. Por isso, destina 5% do orçamento municipal ao setor, embora valorize também outras áreas que são fontes de receita, como mineração, indústria, comércio, agropecuária e os serviços públicos.

Na passagem por lá, o grupo do Planalto Central assistiu a uma longa e proveitosa palestra do secretário municipal de Turismo, Ubiraney Silva e sua assessora Micheline Rodrigues. Mas, no decorrer dos

debates, quem deu as caras também foi o prefeito Alexander Salvador de Oliveira, empenhado em demonstrar o valor que ali é dado ao turismo, com discurso empolgado.

Os recursos orçamentários do setor são aplicados em pesquisa, planejamento e quadro de pessoal qualificado. E leva em conta que uma cidade, pra agradar ao turista, precisa antes de tudo estar limpa e segura, com bom serviço de saúde, pra eventualidades. Em verdade, em todas as áreas da administração há ações voltadas ao turismo.

Todos, porém, fazem questão de deixar claro que de nada adiantaria a ação da gestão pública não fossem os empreendedores e operadores que fazem isso tudo funcionar. E que, por outro lado, deve-se precaver com governos inoperantes nesse campo.

Uma política de incentivo à iniciativa privada é parte importante do sistema. Inclusive na promoção de eventos e festas populares tradicionais ou que sejam criados, como feiras, exposições e convenções em todas as áreas de atividade, do artesanato à indústria e agropecuária.

Em cada localidade daquele circuito há atividades variadas e muito ricas. A História de cada uma, refletida inclusive em prédios públicos, é muito valorizada. Com ela, a formação da cultura local passa a ser algo tratado no cotidiano, como elemento indissociável da realidade atual.

Há uma boa variedade de lanchonetes, restaurantes e lojas comerciais que atendem a população local, mas os proprietários são orientados a tratar visitantes como amigos, com muita alegria e presteza.

# NO CERRADO

O projeto desenvolvido pelo Sebrae, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), na região do Distrito Federal e cidades do Entorno visa à formação de um circuito turístico que tenha o Cerrado como fator de unificação. Não apenas como bioma, mas como o elemento básico da formação econômica e cultural do Planalto Central.

O grupo de 20 empreendimentos que faz parte do projeto foi selecionado pelo Sebrae num processo metódico e prolongado, que incluiu visitas técnicas a cada um deles, com reuniões preparatórias e relatórios detalhados. Eles são múltiplos no formato, mas é essa diversidade que, segundo o Sebrae, assegura sua unicidade.

Eu mesmo fui escolhido por ser proprietário de uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN) no município de Cristalina, Goiás. Há, no entanto, hotéis, restaurantes, casas de campo e centros históricos de vários outros municípios goianos e do DF, todos com potencial turístico.

Desses pontos, pode-se destacar a Fazendinha JK, de Luziânia, e o Quilombo do Mesquita, no município de Cidade Ocidental. O primeiro é a fazenda que foi de propriedade do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que está prestes a receber o título de Patrimônio Histórico Nacional. Já o quilombo é uma secular comunidade de negros escravos foragidos, conhecida pelo cultivo de marmelos e a fabricação de marmeladas.

Outros pontos estão situados em áreas de interesse histórico, como a Estrada Real, que já no século XVII ligava a região central do Brasil a Salvador,

Bahia, então capital do país. Ou ao Roteiro Cruls, caminho percorrido pela Missão Cruls, desde o Rio de Janeiro, pra demarcar, nos anos de 1892 e 1893, a área onde mais de meio século depois foi construída Brasília.

Embora tenha uma identidade própria, esse novo circuito turístico ainda não tem um nome definitivo. Os mais prováveis, pelo andar dos debates, são "Circuito do Cerrado" ou "Circuito do Planalto Central". A preocupação maior é a de que ele seja um instrumento de desenvolvimento do turismo na região sem que seja associado à capital do país, sede dos Três Poderes da República.

Há, na região, um Brasil bem brasileiro, ocupado há séculos por gente comum, mas que é ofuscado pelas luzes do poder. O nome "Goiás", por exemplo, foi herdado de uma etnia indígena que habitava o centro do país quando da sua ocupação. Em verdade, a toponímia em geral, os nomes de rios e de acidentes geográficos provêm dos antigos moradores.

A culinária típica, do arroz com pequi, do empadão ou dos ensopados de guariroba e camargo, as festas populares com folias, danças e cavalgadas, as bibliotecas, tudo é cultura regional. São elementos que têm uma identidade própria, que agora será ainda mais valorizada.

É unanimidade entre os participantes da excursão a Minas Gerais que a viagem serviu principalmente pra aprofundar o relacionamento do próprio grupo. A partir de agora, uma agenda de atividades irá apressar a formação do circuito, aglutinando forças nas três esferas da República, a começar pelos municípios da região.



Fonte: <https://festasnobrasil.catracalivre.com.br/as-festas/nordeste/serenata-de-olinda-arte-de-celebrar-na-cidade-historica/>



**Jaime Sautchuk**  
Jornalista. Escritor



## Escola Classe 419 de Samambaia

### colhe os frutos do Projeto Escola Sustentável

A sensibilização de todos e de todas quanto às questões ambientais é o foco da Educação Ambiental. E para que a educação ambiental seja efetiva e contribua com a formação de uma cidadania pautada na sustentabilidade, é preciso construir um ambiente escolar agradável, que sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social. Uma verdadeira escola sustentável.

Foi justamente isso o que fez a Escola Classe 419 de Samambaia, região administrativa do Distrito Federal.

Na unidade escolar - onde estudam cerca de 1.200 crianças, entre quatro e 10 anos de idade - é desenvolvido o Projeto Escola Sustentável, que consiste em um conjunto de tecnologias, incluindo uma máquina de compostagem de fabricação nacional que faz o reaproveitamento dos resíduos orgânicos gerados na comunidade e levado à escola para serem transformados em adubo.

Segundo uma das responsáveis pelo projeto, os estudantes e a comunidade como um todo recolhem o lixo orgânico diariamente e entregam à pessoa responsável pela operacionalidade do

complexo.

Mas não é só isso. "Nós começamos o projeto trabalhando a questão da horta e da alimentação saudável. Em função do racionamento de água, nós tivemos a preocupação de irrigar a horta com a água reaproveitada. A água que sobrava do bebedouro foi canalizada para uma caixa específica para molhar as plantas", conta a professora do 3º ano, Suely Brasil.

Ela contou que as crianças participam efetivamente do projeto. "Quem cuida, molha, capina, planta e colhe são as crianças. Temos 48 espécies diferentes na horta, desde ervas até frutas. A cada safra fazemos uma receita com as crianças para que conheçam, aprendam e ensinem em casa. Os pais também participam do projeto, mandando mudas e sementes. Os produtos são colhidos para o lanche. As crianças colhem e levam para cantina. O excedente é levado para casa", disse.

A professora Suely lembrou que antes as crianças não comiam as "coisas verdes" servidas no lanche. "Hoje elas colhem, lavam e picamos direto no prato delas". Isabelle Gonçalves, estudante, é um exemplo disso. "Eu comia muita besteira.



Fotos: Arquivo EC 419 de Samambaia

*Estudantes participam efetivamente do projeto. Cuidam, molham, capinam, plantam e colhem. (foto da página ao lado)*

*Os pais também participam do projeto, mandando mudas e sementes. (foto do alto, à esquerda)*

*A cada safra a equipe prepara uma receita com as crianças para que conheçam, aprendam e ensinem em casa. (foto do alto, à direita)*

*Antes as crianças não comiam as "coisas verdes" servidas no lanche. (foto ao lado)*

Hoje eu como legumes, verduras e muita fruta", explicou.

No receituário da escola constam sopa cremosa de legumes (os estudantes aprendem a consumir todas as partes da planta nessa sopa), farofa de jiló, farofa de talos (reaproveitando os talos usados no lanche), salada, chips de berinjela, chips de batata doce, brigadeiro de batata doce, pão de queijo de batata doce, chá, caxixe refogado e salada de frutas. "Nossa próxima receita será omelete de abobrinha", disse orgulhosa a professora Suely.

A EC 419 de Samambaia conta com quatro composteiras, nas quais são depositados os restos de folhas, cascas de ovos, e outros itens não temperados do lanche. Cada composteira, após fechada, demora 120 dias para transformar os dejetos em adubo orgânico.

Com a repercussão positiva alcançada pelo projeto, a escola recebeu uma composteira industrial no valor de R\$ 60 mil de uma empresa de São Paulo. Essa composteira foi entregue com um triturador e todo aparato e treinamento da empresa. Gasta 45 minutos para fazer o que uma composteira natural leva 120 dias.

Além dos benefícios do projeto em si, a medição da horta, o acompanhamento do tempo de produção das plantas, entre outros pontos, transformam-se

em um poderoso reforço pedagógico - que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Em visita à escola, a diretora do Sinpro, Rosilene Corrêa, destacou que "diante de um quadro tão caótico que a gente vive, esse projeto nos traz para outra realidade, que só nos faz bem. Vemos que a escola, apesar de tudo, da falta de investimento, ela faz acontecer. Parabéns a toda a equipe da escola, pelo esforço coletivo, e principalmente aos estudantes pela alegria deles e por como se apropriaram desse projeto, pelo zelo que têm".

De acordo com a dirigente, "o mais importante é a cumplicidade que se estabelece entre essas crianças a partir do cuidado delas com horta, que vem desde o preparo da terra, passando pelo plantio e pelo colher, assim como as receitas que elas já estão desenvolvendo".



[www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br) | [facebook.com/sinprodf](https://facebook.com/sinprodf)

Apresentação: **Rodrigo Couto**

Sábado, às 17h30  
Segunda-feira, às 18h

TV COMUNITÁRIA  
NO CANAL 12  
NET BRASÍLIA

# Azeite de dendê:

condimento essencial da culinária afro-baiana

— Zezé Weiss

O folclorista Luis da Câmara Cascudo (1898-1986), assim explica o surgimento da culinária afro-brasileira: *"Nascida da saudade dos escravos por sua terra natal, no calor dos fogões mulatos e mestiços, em todo o Brasil e especialmente na Bahia, forjou-se uma culinária de adaptação franca e engenhosa"*.

Segundo Câmara Cascudo, *"ao receituário de ovos e de azeite doce de oliva português, agregou-se o azeite de dendê africano, o coco e o leite de coco trazido das Índias, a mandioca indígena e os*

*frutos e frutas da terra."* Daí vem, portanto, o uso do dendê, ou azeite de cheiro que, para a Dona Flor de Jorge Amado tem *"cor de ouro velho, a cor do vatapá"*.

Na Bahia, o uso desse azeite sagrado de coloração avermelhada, cuja origem milenar (há registros de seu uso nas cortes dos faraós do Egito há pelo menos 5 mil anos) remonta à sabedoria ancestral dos povos da África negra, tornou-se tão fundamental que os alimentos produzidos com o seu uso são chamados de "comidas de azeite".

Dentre as "comidas de azeite" da Bahia, destacam-se o abará, o acarajé, o bobó de camarão, a casquinha de siri, a farofa amarela, a moqueca de peixe e o vatapá. Embora seja trabalhoso, é possível fazer o acarajé, umas das "comidas de azeite" mais apreciadas, usando o liquidificador que você tem em casa. Veja esta receita de Bela Gil, apresentada no Canal GNT: ([www.gnt.globo.com/receitas/receitas/aprenda-fazer-um-acaraje-tradicional-no-liquidificador.htm](http://www.gnt.globo.com/receitas/receitas/aprenda-fazer-um-acaraje-tradicional-no-liquidificador.htm)).

## Ingredientes

- xicara de feijão fradinho
- 1 cebola pequena
- 1 colher (chá) de sal marinho
- Azeite de dendê

## Modo de preparo

1. Lave o feijão fradinho e deixe de molho por 8 horas numa tigela.
2. Descasque o feijão e deixe secar na peneira por 1 hora.
3. Em um liquidificador, bata a cebola cortada, o sal e o feijão descascado (nessa mesma ordem) até virar um creme.
4. Despeje a massa em uma bacia e bata com uma colher de pau até ficar com uma consistência de mousse.
5. Com a ajuda de uma colher de pau, forme os bolinhos e frite no azeite de dendê por 5 a 10 minutos até ganhar uma casquinha grossa e crocante.



**Zezé Weiss**  
Jornalista  
Socioambiental  
 @zezeweiss

# NINA SIMONE:

VOZ RETUMBANTE E INCONFUNDÍVEL  
NA LUTA PELA IGUALDADE RACIAL  
(Tryon, 21/02/1933 – Carry-le-Rouet, 21/04/2003)

lêda Vilas-Boas



Literalmente, Eunice Kathleen Waymonmm, mundialmente conhecida pelo nome artístico Nina Simone, usou o poder de sua voz para dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos negros norte-americanos. Ao longo de sua vida, a negra Nina Simone fez de seu canto ferramenta contra a segregação racial.

Atuou ao lado de grandes líderes como Martin Luther King Jr., que defendiam a luta pela igualdade de raças, predominante nos Estados Unidos da década de 1960, e, com sua canção *Mississippi Goddamn*, que denuncia o assassinato de quatro crianças negras em uma igreja de Birmingham em 1963, criou um hino ativista da causa negra.

Presença militante em muitos encontros pelos direitos civis, incluindo as marchas de Selma a Montgomery, sua voz também deu eco aos que eram contrários à Guerra do Vietnã, ao se apresentar em um evento militar em Forte Dix, Nova Jersey, em 1971.

Discursou e defendeu, durante esse período de violação aos direitos civis, uma revolução violenta, contrastando com a abordagem não violenta de Martin Luther King,

em cujo enterro foi convidada para cantar. Ela acreditava que os afro-americanos poderiam, através do combate armado, formar um estado separatista.

Filha de uma ministra metodista e de um marceneiro, e a sexta de oito irmãos, começou, aos 20 anos, cantando blues em bares de Nova York, Filadélfia e Atlantic City, com o nome Nina Simone ("Nina", inspirado no nome espanhol de menina, e "Simone" em homenagem à atriz francesa Simone Signoret), escondida de seus pais, enquanto treinava para tornar-se uma pianista clássica.

Foi pianista, cantora e compositora bastante conhecida nos meios musicais do jazz, e atuou também com diversos estilos musicais como música clássica, blues, folk, R&B, gospel e pop, mas seu sonho era ser uma grande concertista de conservatório. E foi aí que se deu seu primeiro encontro com a discriminação racial: ainda jovem, foi impedida de ingressar no Instituto de Música Curtis na Filadélfia, apesar de ter cursado e ter sido aluna destaque no piano clássico em Nova York.

Hits como *Feeling Good*, *Don't Let Me Be Misunderstood*, *Ain't Got No - I*

*Got Life*, *I Wish I Knew How It Would Feel To Be Free* e *Here Comes The Sun*, além de *My Baby Just Cares For Me*, deram a Nina Simone lugar de destaque musical nos EUA e no mundo. E não há quem não tenha ouvido o sonoro *Ne me quitte pas* na voz de Nina Simone.

Por duas vezes visitou o Brasil, onde gravou "Pronta pra cantar (*Ready to sing*)" com Maria Bethânia, em 1990. Seu último show no Brasil aconteceu em 1997.

*I Love You, Porgy* (da ópera *Porgy and Bess*), de George Gershwin, tornou-se a sua única canção que alcançou o top 20 da Billboard nos Estados Unidos, e o seu álbum de estreia *Little Girl Blue* foi rapidamente aceito pela *Bethlehem Records*.

Após o sucesso de *Little Girl Blue*, Simone assinou um contrato com a Colpix Records e gravou diversos álbuns de estúdio e álbuns ao vivo. Neste período, Simone apresentava música popular somente para ganhar dinheiro para continuar seus estudos clássicos, e era indiferente sobre ter um contrato com alguma gravadora.

Manteve essa atitude independente e autônoma em relação à in-

dústria fonográfica durante a maior parte da sua carreira, como mais uma forma de autoafirmação de sua atuação em favor da causa negra e dos direitos civis de sua raça.

Em 1964, ela trocou a American Colpix pela gravadora holandesa Philips, onde pôde exercer totalmente sua criatividade musical e estabeleceu mudança no conteúdo das gravações. Simone passou a gravar em seu repertório canções que remetiam à sua origem afro-americana e à desigualdade social que prevalecia nos Estados Unidos.

Nina Simone teve um primeiro e breve casamento com um artista de rua. Depois, em 1961, conheceu o detetive da polícia de Nova York, Andrew Stroud, que mais tarde se tornaria o seu agente e também seu agressor. Por muitos anos Nina Simone esteve ligada e foi emocionalmente dependente dele.

A mulher que combatia a violência era a própria vítima em casa. Nesse ambiente, desenvolveu uma depressão crônica e uma bipolaridade. Tornou-se volátil e temperamental. Em controle de suas finanças, Stroud a acusou de sonegação fiscal, forçando-a por anos a viver

em outros países como Barbados, França e Libéria.

Gravou, em 1965, *Strange Fruit*, de Billie Holiday, uma canção sobre o linchamento de homens negros no sul dos EUA. Também cantou o poema *Images* (1966), sobre a falta do senso de orgulho que viu entre as mulheres afro-americanas. Nina escreveu *Four Women*, uma canção sobre quatro estereótipos diferentes de mulheres afro-americanas e incluiu a gravação em seu álbum de 1966, *Wild is the Wind*.

Embora em seus primeiros anos de apresentação fosse considerada arrogante, nos anos mais maduros de sua vida, essa postura desapareceu e Nina Simone gostava de dialogar com seu público. Envolvia a plateia contando anedotas relacionadas à sua carreira e sua música e, por vezes, solicitava a participação de seus convidados.

Esse novo comportamento chamou a atenção da mídia e, em 1987, sua música *My Baby Just Cares for Me*, lançada originalmente em 1958, foi usada em um comercial do perfume Chanel N° 5. A canção estourou na quarta posição na parada de singles do Reino Unido, colocando-

-a, outra vez, em destaque internacional.

Em 1992 publicou sua autobiografia, *I Put a Spell on You*. Em 1993, gravou seu último álbum, *A Single Woman*, e fixou morada perto de Aix-en-Provence, no sul da França. Dez anos depois, em sua casa na cidade de Carry-le-Rouet, Bouches-du-Rhône, Nina perde a batalha para o câncer de mama. Morreu dormindo. A seu pedido, suas cinzas foram espalhadas em vários países africanos. Deixou como descendente uma única filha, Lisa Celeste Stroud, atriz e cantora, que adotou o nome artístico Simone.

A talentosa e sofrida ativista social, a temperamental mulher porta-voz da igualdade das raças, a cantora excepcional se foi, mas sua voz firme e forte ecoará para sempre nas canções que serviram e servem para embalar os ideais de uma sociedade mais respeitadora, mais justa e mais igualitária.

Salve, Nina Simone!



**Lêda Vilas-Boas**  
Escritora

## MEDIDA PROVISÓRIA DE TEMER ASSALTA O BOLSO DO SERVIDOR

Já em vigor, a Medida Provisória (MP) 805/17, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30/10/2107, adia o reajuste salarial, aumenta a contribuição social e reduz ajuda de custo e auxílio-moradia dos servidores públicos. Confira as principais alterações da MP 805/17:

### O QUE MUDA COM A MP 805/17

1. Reajuste de carreiras: Adia e cancela reajuste dos servidores públicos federais. Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes.
2. Contribuição social do servidor público: Altera a Lei 10.887/04, para aumentar a alíquota de 11% para 14%, inclusive com aumento da contribuição para aposentados. Exclui como base de cálculo da contribuição o auxílio pré-escolar do adicional de irradiação ionizante. Faz um recorte para aplicação da nova alíquota. Mantém a de 11% para o servidor que recebe igual ou abaixo do teto do RGPS (em 31/10/2017 correspondente a R\$ 5.5531,31) e aplica a de 14% para o servidor que superar o teto do RGPS. Excetua da alíquota de 14% quem ingressou antes da instituição da previdência complementar e que tenha feito opção pelo Funpresp. Tal medida força os servidores antigos a aderirem à complementar. Aplica a nova alíquota (14%) a partir de fevereiro de 2018.
3. Ajuda de custo e do auxílio-moradia: Altera a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico do servidor público civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Define que a ajuda de custo, que antes era por regulamento, corresponderá ao valor de um mês de remuneração do servidor na origem ou o valor de uma remuneração mensal do cargo em comissão. Restringe e reduz o auxílio-moradia do servidor público. Prevê que será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quarto ano de recebimento.
4. Vigência e revogações: Revoga dispositivos da Lei 10.887/04, que trata da contribuição social do servidor público.

Fonte: Agência DIAP [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br).

**CUT** **SINPREFOR**  
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS  
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMOSA



Fotos: Acervo Câmara Municipal de Vereadores.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FORMOSA REINAUGURA BIBLIOTECA VIRTUAL AMPLIADA COM MAIS CONFORTO PARA A COMUNIDADE

Formosa acaba de receber de sua Câmara Municipal de Vereadores uma Biblioteca Virtual com um ambiente totalmente reformulado.

Depois de breve período de reformas, a nova Biblioteca reabre suas portas, com capacidade ampliada para 20 estações digitais, complementada por um serviço gratuito de impressão para os usuários.

Localizada no térreo do prédio da Câmara Central, na Praça Rui Barbosa, no centro da cidade, a Biblioteca Virtual oferece acesso gratuito à internet para pesquisas, estudos e trabalhos escolares em um espaço climatizado.

O salão acolhedor da Biblioteca também oferece, mediante um cadastro simplificado, oportunidades de maior conectividade, inclusão digital e acesso ao conhecimento para toda a comunidade formosense.

Reinaugurada no dia 31 de outubro pelo presidente da Casa, vereador Luziano Martins, a Biblioteca Virtual volta a funcionar regularmente conforme o expediente da Câmara Municipal de Formosa, abrindo de segunda a sexta-feira, das 8 às 11 e das 13 às 17 horas.

### Calendário de Reuniões

Sessão Ordinária n.º 043/17	21/11/2017	19h até 23h	-
Sessão Ordinária n.º 044/17	22/11/2017	19h até 23h	-
Sessão Ordinária n.º 045/17	23/11/2017	19h até 23h	-
Sessão Ordinária n.º 046/17	05/12/2017	19h até 23h	Plenário
Sessão Ordinária n.º 047/17	06/12/2017	19h até 23h	Plenário
Sessão Ordinária n.º 048/17	12/12/2017	19h até 23h	Plenário
Sessão Ordinária n.º 049/17	13/12/2017	19h até 23h	Plenário
Sessão Ordinária n.º 050/17	14/12/2017	19h até 23h	Plenário



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**  
Estado de Goiás

# DESOBEDIÊNCIA CIVIL: POR QUE NÃO?

No século 19 surge o conceito da Desobediência Civil, definido pelo estadunidense Henry David Thoreau (1817-1862). Thoreau era poeta, naturalista, historiador, filósofo e ativista que mobilizou a sociedade americana a lutar contra a cobrança abusiva de impostos pelo governo com o objetivo de financiar a guerra contra o México, durante as primeiras décadas do século.

A Desobediência civil pregada por Thoreau constitui-se em um tipo de manifestação legalmente aceita contra o regime imposto por um governo opressor, quando um grupo de cidadãos se recusa a obedecer a determinadas leis, em forma de protesto, por considerá-las imorais ou injustas.

O método permite defender todo o direito que se encontra ameaçado ou violado, é uma forma de pressão legítima, de protesto, de rebeldia contra as leis, atos ou decisões que ponham em risco os direitos civis, políticos ou sociais dos indivíduos. Para que um ato de desobediência seja interpretado como um protesto político, este precisa ter como base argumentos que sustentem uma ação em prol da ética e da moral.

Nesse sentido, existem circunstâncias que justificam plenamente a desobediência civil. Por exemplo, a aplicação de uma lei injusta, ilegítima, por quem não possui o direito de legislar, ou quando se institui uma lei inválida, de cunho inconstitucional, em prejuízo da maioria da sociedade ou dos trabalhadores.

Os cidadãos têm o dever moral de seguir as leis, de acordo com o princípio da civilidade democrática. Mas, ao mesmo tempo, os poderes legislativo, executivo e judiciário devem criar, executar e fazer cumprir leis justas, que sigam a Constituição e os princípios

dos direitos civis e sociais. Quando esses poderes não seguem tais princípios, no âmbito jurídico, moral e ético, a desobediência civil faz parte do chamado Direito de Resistência dos cidadãos, assim como o Direito de Greve e o Direito de Revolução, que servem para garantir a proteção da soberania do povo, caso esta seja ameaçada por um regime opressor.

A Desobediência Civil é um ato legítimo, justificável por dois motivos: 1) é um instituto da cidadania, pois tem como finalidade manter, proteger ou adquirir um direito negado; 2) é fundamentado pelos princípios de justiça e equidade.

No momento atual do Brasil, os motivos justificáveis já foram feridos por todos os poderes que se dizem republicanos. Instalou-se um governo de forma ilegítima ao arrepio da legalidade; o legislativo vota leis que ferem frontalmente os princípios constitucionais, quando precariza o trabalho com a lei da terceirização; retira direitos históricos dos trabalhadores, com um arremedo de Lei Trabalhista; tenta aprovar uma Reforma da Previdência com o intuito de satisfazer a volúpia do mercado; e o STF, de forma seletiva, abre mão de guardião da Carta Magna e toma decisões políticas a favor do patronato.

Assim, será um erro se pensar somente em 2018 como forma de solucionar os graves problemas por que atravessa a sociedade brasileira, principalmente os trabalhadores e os setores da sociedade organizados, que pelo visto são os alvos principais do tsunami neoliberal capitalista. Os sindicatos e suas entidades de grau superior têm que colocar na sua agenda de organização de lutas a possibilidade real de programar a forma de Desobediência Civil como meio legítimo de Resistência. Por que Não?



**Trajano Jardim**  
Jornalista e Professor  
Universitário

## A LENDA DE OSSAIM, O SENHOR DAS FOLHAS

Ossãe, Ossaim, Ossain, ou Ossaniyn, orixá e deus africano das folhas, é o vodun da caça e das florestas. Filho de Nanã e Oxalá, Ossaim recebeu de Olodumaré o segredo das folhas medicinais e litúrgicas, chamadas de folhas sagradas, usadas nos ritos do candomblé numa mistura especial de nome abô.

Cada Orixá tem a sua folha, mas só Ossaim detém os segredos de todas elas. Só ele sabe quais delas trazem calma, vigor, sorte, honra, glória e honras ou, ainda, miséria, doenças e acidentes. Ele sabe também que sem as folhas e seus segredos não há o poder do axé. Portanto, sem elas nenhuma cerimônia religiosa é possível.

Como todos os orixás dependiam de Ossaim para garantir o sucesso de seus trabalhos, um dia Xangô, cujo temperamento é impaciente, guerreiro e imperioso, ficou irritado por essa desvantagem e decidiu pedir a Iansã, sua esposa e senhora do vento, para tirar de Ossaim a propriedade das folhas.

Xangô explicou que, em certos dias, Ossaim sempre pendurava num galho de árvore uma cabaça contendo suas folhas mais poderosas. Seu plano era que Iansã desencadeasse uma tempestade bem forte num daqueles dias.

Então Iansã fez o vento soprar grandes rajadas, levando o telhado das casas, arrancando as árvores, quebrando tudo por onde passava, até soltar a cabaça do galho onde estava pendurada. A cabaça rolou para longe e todas as folhas voaram.

Os orixás se apoderaram e tornaram-se donos de algumas delas. Mas Ossaim permaneceu senhor do segredo de suas virtudes. Só ele sabe das palavras que devem ser pronunciadas para provocar a ação de cada folha. É por isso que, até hoje, ele reina como senhor absoluto sobre as plantas.



# IÊDA LEAL DE SOUZA:

## UMA INSURGENTE NEGRA NA COORDENAÇÃO DO MNU

Zezé Weiss



"É feminista, é radical, é Iêda, coordenadora nacional!" Assim, as mais de 200 lideranças negras participantes do 18º Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, realizado nos dias 27, 28 e 29 de outubro, em Brasília, elegeram sua nova coordenadora, Iêda Leal, e uma direção nacional formada por 70% de mulheres. O desafio é grande. Não é por menos que a plataforma da nova coordenação terá como marca: "Nossa tarefa é reorganizar o MNU para a luta incansável contra o racismo. Estamos preparadas!"

Emocionada, a filha de Moacyr Raymundo de Souza e Maria Gomes Leal de Souza, ele advogado, já ido dos espaços deste mundo, ela ainda hoje, com seus 80 anos, reforçando desde casa a lição de que "na vida nada vem em vão, que só a luta constrói", tomou por empréstimo o sagrado "UBUNTU" de sua ancestralidade africana para aceitar o desafio de ser coordenadora nacional do MNU: "Eu sou porque somos," disse Iêda com respeito e gratidão.

A militância no Movimento Negro Unificado começou em Goiás em parceria com a professora Silvano Euclênio na década de 1980. Desde então, Iêda faz das lições aprendidas de grandes lideranças do MNU, como Lélia Gonzalez e Luiza Bairos, e do conhecimento apreendido da literatura das escritoras Carolina Maria de Jesus - "Quarto de Despejo", Toni Morrison - "Amada", Conceição Evaristo - "Olhos D'Água", Cristiane Sobral - "Não vou mais lavar os pratos", fontes de inspiração para a luta coletiva.

"Eu não ando só" costuma ser a frase mais repetida por essa mulher forte e guerreira, que diz não saber caminhar sozinha por trazer dentro de si as muitas marcas do legado de Zumbi dos Palmares, Dandara, Martin Luther King Jr, Nelson Mandela, Winnie Mandela, Tereza Benguela, Malcolm X e Bell Hooks - lideranças que no seu tempo e do seu próprio jeito conduziram a luta contra o racismo a partir do engajamento coletivo de suas comunidades na defesa do tão sonhado mundo de liberdade.

Defensora das grandes causas: negra, juventude, mulheres, quilombolas, indígenas, LGBT, religiões de matrizes africanas e de todos os oprimidos, Iêda mescla os saberes captados da ativista Angela Davis, de Mãe Ilda Jitolú, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Stella de Oxóssi, do artista Nelson Inocência da Silva - "Consciência Negra em Cartaz", dos poetas Jônatas Conceição, Lande Onawale e Cidinha da Silva e da jovem cantora de hip hop, MC Sofia, para fortalecer a consciência negra.

No caminho da militância e na certeza de ser movimento negro, Iêda tem participado de importantes momentos da luta recente pela verdadeira cidadania da população negra brasileira. Esteve na organização da Marcha Zumbi contra o Racismo e pela Vida, em 1995, um marco para a história da cidadania negra no país. Em 2005, na Marcha Zumbi + 10. E com o movimento de mulheres negras ocupou Brasília, em 2015, para a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver!

"Em um país racista como o Brasil, estruturado a base das desigualdades raciais, onde a cor da pele define o seu lugar na sociedade, não nos resta alternativa que não seja lutar, lutar de todas as maneiras possíveis", diz Leal, que enfrentou muitas situações de discriminação e de racismo. Em 2009, recém-eleita presidenta do Sindicato dos Professores de Goiás (Sintego), lá estava ela comandando uma assembleia dos servidores da Rede Municipal de Ensino em Goiânia quando alguém, incomodado por sua liderança negra, não se conteve e em voz alta comentou: "O que é que essa preta está fazendo aí?"

Anos antes, em 2003, enfrentou toda a intolerância da sociedade goianiense organizando um grandioso "Abraço Negro" no Parque Vaca Brava, onde estava acontecendo uma exposição de esculturas dos Orixás. Os racistas de Goiânia haviam se mobilizado para retirar a exposição, e ela, juntamente com os integrantes do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez e do MNU, articulou e mobilizou mais de 2000 estudantes para, no Dia da Consciência

Negra - 20 de novembro, abraçar os orixás gritando: "Racismo é crime! Exigimos respeito!"

Pergunto à Iêda se tem consciência de quando e como se tornou essa importante dirigente sindical brasileira - só no Sintego foi duas vezes presidenta, duas vezes vice, é atualmente tesoureira, e ocupa também a Secretaria de Combate ao Racismo da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

A resposta surpreende: "Eu nunca me preocupei em ser liderança ou não. O que eu sempre quis, desde criança, foi saber mais para contribuir mais. Eu sou de uma família grande e em nossa casa, com seis filhos, sempre houve muita conversa, muita discussão. Mas o que me moveu mesmo na direção dessa luta coletiva foram os professores e professoras fantásticos que passaram por minha vida nos meus anos de formação. Foram eles e elas que me mostraram a educação como caminho para enfrentar o racismo e lutar por um mundo melhor".

E essa educadora engajada, cujo livro de cabeceira é "Um defeito de cor", de Ana Maria Gonçalves, cujas 952 páginas traçam um importante perfil da vida do negro no Brasil colonial, começou bem cedo a transformar a realidade da educação nas escolas onde ensinou. Em 2002, quando a Lei 10.639/2003 não existia ainda, a jovem diretora da Escola Municipal Evangelina Pereira da Costa, em Goiânia, já incluía ações de combate ao racismo no projeto pedagógico. Ali, todas as turmas do Ensino Fundamental já discutiam a história e a cultura africana e afro-brasileira, em um processo coletivo que envolvia alunos, professores, escola e comunidade.

Para a professora que começou a trabalhar ainda estudante e quase menina, devia ter entre 14 e 15 anos, dando aulas para substituir a irmã Iara em uma escola perto da própria casa, a profissão de educadora foi escolha política assumida conscientemente. "É a partir da Educação que posso formar jovens para a luta contra o racismo e envolver mais gente nessa grande tarefa que é de construir um projeto para a nação

com um olhar na tradição africana que tem como fundamento a realização coletiva".

Por fim, também pergunto à Iêda, conhecida por ser dura quando necessário, porém sem nunca perder a ternura, sobre o que a faz feliz. Sem vacilar, responde: "A militância. É bom me sentir envolvida com os temas que fazem meu coração pulsar. Eu não sei se seria feliz sem isso". E acrescenta: "Pra mim, é uma felicidade imensa ter filhas que militam comigo, ter uma família de luta, e estar junto com amigos e amigas, construindo uma sociedade que respeita as diferenças, justa e racialmente democrática!".

Então, para 2018, a maior realização será: "Avançar na defesa dos direitos humanos e organizar os 40 anos do MNU. Essa será minha forma de honrar as pessoas de luta que nos guiaram com sabedoria, coerência e inteligência até aqui. É por isso que todos os dias quando me levanto eu agradeço por estar viva, porque tive um pai fantástico e tenho uma mãe que aos 80 anos ainda me orienta, e por ter merecido a confiança do MNU para conduzir a nossa luta. É minha responsabilidade tocar adiante essa caminhada: os passos vêm de longe e me inspiram a seguir contra o racismo sempre".



**Zezé Weiss**  
Jornalista  
Socioambiental  
@zezeweiss

# A NOVA LEI TRABALHISTA E A PRETENSA REDUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

José Silvestre Prado de Oliveira

A Reforma Trabalhista do Governo Temer entra em vigor a partir de 13 de novembro de 2017 na forma da Lei 13.467 e representa um verdadeiro desmonte da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), uma vez que altera mais de 100 de seus artigos e mexe em temas fundamentais como Negociação Coletiva, Formas de Contratação e Remuneração, Jornada de Trabalho, Justiça do Trabalho, Financiamento Sindical, entre outros.

A Lei 13.467 limita o poder de regulação que o Estado exerce nas relações de trabalho, sobretudo porque restringe a atuação da Justiça do Trabalho. Ao estimular a negociação de caráter individual, restringe, também, a prerrogativa dos sindicatos de representar os trabalhadores. E, ainda, extingue a obrigatoriedade da contribuição sindical, uma das principais fontes de financiamento das entidades sindicais.

Para o governo, a nova lei é necessária porque moderniza a legislação trabalhista, gera empregos, reduz o grau de conflituosidade nas relações de trabalho e garante maior segurança jurídica às empresas. Dessas razões, talvez a mais plausível seja a segurança jurídica das empresas que, na visão de muitos juizes do trabalho, estarão protegidas, inclusive, para praticar ilegalidades.

Quanto à modernização, ela só é possível quando são estabelecidas condições mais simétricas no processo de negociação entre as partes, quando são permitidos avanços e melhorias nos acordos e convenções coletivas a partir de um patamar mínimo assegurado em lei e quando é reconhecido o princípio da hipossuficiência do trabalhador – o elo mais fraco na relação de trabalho. Também o argumento de que a mudança na legislação trabalhista vai gerar empregos é uma alegação falaciosa, pois, como demonstram experiências internacionais, a flexibilização da legislação trabalhista não necessariamente cria empregos e, quando o faz, gera postos

de trabalho precários e em quantidade infima.

O que promove emprego é investimento, crescimento econômico e dinamização do mercado de trabalho; prova disso foram os mais de 20 milhões de empregos formais criados no Brasil entre 2004 e 2013, período em que o desempenho da economia mostrou que quando há crescimento com desenvolvimento e melhora na distribuição de renda, a geração de emprego ocorre independentemente da legislação trabalhista em vigor. No caso brasileiro, dado o mercado de trabalho heterogêneo, altamente informal e flexibilizado, com a aprovação da reforma a tendência é que haja aumento da precarização do trabalho em todos os sentidos.

Um dos pontos mais preocupantes da nova lei é a introdução do princípio do negociado sobre o legislado, o que implica redução de direitos em vários aspectos das relações de trabalho, pois possibilita que o Acordo Coletivo de Trabalho prevaleça sobre a Convenção Coletiva de Trabalho, mesmo quando estabelece condições laborais menos favoráveis.

A nova legislação também enfraquece os sindicatos uma vez que retira a obrigatoriedade do desconto da contribuição sindical (imposto sindical), uma das principais fontes de financiamento da estrutura sindical. Além de retirar prerrogativas do sindicato enquanto escudo protetor do trabalhador, cria restrições financeiras, o que dificulta o desenvolvimento de suas ações e a organização da luta dos trabalhadores.

É importante reiterar que o Movimento Sindical sempre defendeu o fortalecimento da negociação coletiva como instrumento de mediação para resolução de conflitos entre as partes. Nesse sentido, é admissível a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações entre capital e trabalho, desde que haja condições simétricas entre as partes. Como o Brasil é um

país de dimensões continentais, extremamente heterogêneo e desigual, e tudo isso se reflete no movimento sindical, não é possível imaginar que a adoção do negociado sobre o legislado seja algo que vá trazer maior consistência e fortalecimento ao processo negocial.

Também merece atenção a tese de que a mudança na legislação vai reduzir o grau de conflituosidade e de litigância nas relações de trabalho. Para o governo, as várias mudanças propostas na legislação oferecem opções para que os trabalhadores decidam o que fazer em relação a uma série de questões (jornada de trabalho, intervalo de almoço, forma de quitação das horas extras, homologação do contrato de trabalho, trabalho intermitente, contrato individual de trabalho mediante acordo verbal, etc...) que dizem respeito ao trabalho na negociação com o seu empregador.

Em um contexto de recessão econômica, o poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores reduz drasticamente. Portanto, é improvável que em um cenário como esse – principalmente se associado à flexibilização da legislação – os sindicatos e os trabalhadores tenham condições para negociar e conquistar mais vantagens do que em um ambiente em que há uma legislação que garanta um patamar mínimo sobre o qual se assenta a negociação.

O conflito é inerente às relações entre capital e trabalho. A piora nas

condições laborais tende a exacerbar os conflitos. A exacerbação e a dimensão dos conflitos estão, em larga medida, relacionadas ao ambiente de trabalho, às condições econômicas e às relações de trabalho existentes no interior das empresas, assim como as relações estabelecidas entre os sindicatos e as empresas e entre estas e os trabalhadores.

Não se trata de

negá-los ou escamoteá-los. Contudo, o sindicato também exerce um papel relevante na mediação para o abrandamento dos conflitos. A história mostra que quanto melhor a relação e o diálogo entre o sindicato, os trabalhadores e a empresa, menores tendem a ser os atritos. A existência de uma legislação que assegure condições mínimas de negociação aos sindicatos contribui para a redução da judicialização.

Considerando que a Lei 13.467 altera diversos dispositivos da CLT, retira prerrogativas do sindicato, diminuindo o seu papel de mediador e negociador na relação entre trabalhador e empresa e deixando o trabalhador com menos amparo sindical, o mais provável é que aconteça um aumento nos conflitos

trabalhistas, e não o contrário, como apregoam os defensores da nova lei.

Talvez isso não ocorra de imediato, dado o cenário econômico adverso para o trabalhador, que se sente ameaçado, entre outras coisas, pela perda do emprego. Todavia, a partir do momento em que a economia voltar a crescer, as taxas de desemprego diminuirão e a ocupação se expandir, os conflitos tendem a voltar a aumentar.

Finalmente, parte considerável dos conflitos trabalhistas no Brasil não ocorre por outra razão que não seja pelo descumprimento da legislação ou de cláusulas de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, como parecem corroborar os dados do DIEESE, segundo os quais, das 2.093 greves registradas no ano de 2016 no Brasil, 56% delas tiveram como motivo o descumprimento de algum direito.

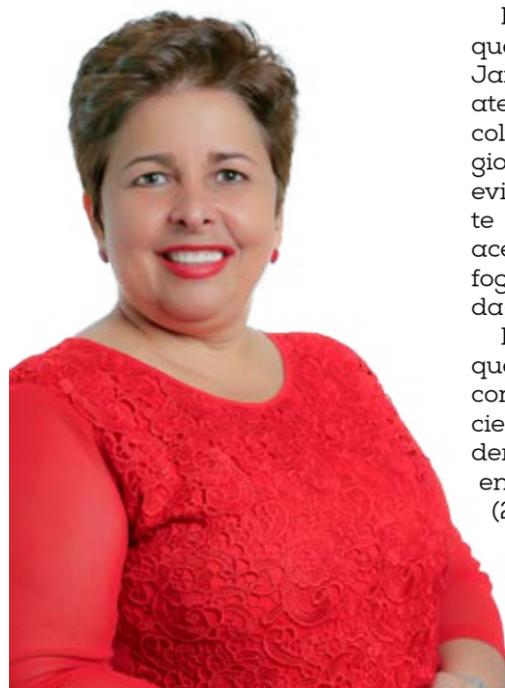
**José Silvestre Prado de Oliveira**  
Geógrafo. Coordenador de relações sindicais do DIEESE.



# "ARMAS MATAM. MAIS ARMAS MATAM MAIS."

UMA DOÍDA LIÇÃO DA TRAGÉDIA DO COLÉGIO GOYAZES

Bia de Lima



Dói, sobretudo, o sentimento de que, ao contrário da tragédia de Janaúba, onde um funcionário ateou fogo ao próprio corpo e à escola onde trabalhava, a do Colégio Goyazes talvez pudesse ter sido evitada, não fosse o adolescente que atirou nos colegas ter tido acesso, em casa, a uma arma de fogo mantida em cima de um guarda-roupas.

Difícil compreender, também, que no dia seguinte à tragédia, com as famílias e toda nossa sociedade enlutada, a deputada federal Magda Mofatto, tenha dado entrevista ao jornal "O Popular" (21/10), defendendo a revogação do Estatuto do Desarmamento e a aprovação da Lei do Armamento Civil, que relaxa as restrições para o porte de armas no país.

Não obstante o momento inoportuno para as frases lapidares da parlamentar: "O revólver não causou a tragédia (...) O problema não é o revólver (...) As pessoas questionam isso porque não tem outro argumento para justificarem o fato de serem contra o armamento [da população]", em menos de um mês outra tragédia se abateu sobre a comunidade escolar em nosso Estado: na manhã do dia 6 de novembro, um homem armado com um revólver entrou na Escola Estadual 13 de Maio, em Alexânia, e tirou a vida da adolescente Rafaella Noviske (16), aluna do 9º ano.

## MAIS ARMAS, MAIS MORTES

O assassinato de Rafaella engrossa as estatísticas que colocam

Alexânia entre as cidades mais perigosas do Brasil, a cidade está em 80º lugar entre os municípios brasileiros com maiores taxas de homicídio por arma de fogo, segundo o Mapa da Violência 2016.

Num país em que a cada hora morrem 7 pessoas por armas de fogo, os índices alarmantes de Alexânia, que registra uma média de 52,9 casos por grupo de cem mil habitantes, e onde quem mais morre são os mais jovens, contrariam o pensar da deputada e mostram a importância do Estatuto do Desarmamento para a proteção de vidas humanas no Brasil.

O Mapa da Violência 2016 mostra que, de 1980 até 2014, o Brasil perdeu 967.851 vidas humanas vítimas de disparo de arma de fogo, sendo que 830.420 (85,8%) delas por homicídios, sendo a juventude a principal vítima dessa violência, sobretudo na faixa dos 15 aos 29 anos de idade.

No conjunto da população, o número de mortes passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Na faixa jovem, esse crescimento foi bem maior: pula de 3.159 mortes em 1980, para 25.255, em 2014: um crescimento de 699,5%.

Em 1983, 36,8% do total de homicídios foram cometidos por algum tipo de arma de fogo. Essa participação foi crescente até 2004, quando atinge a marca de 70,7%. A partir de então, a participação se estabiliza em torno de 71%.

O Mapa da Violência contabilizou também o chamado Índice de Vitimização Juvenil por Armas de

Fogo, que mede a incidência e a prevalência do fenômeno no mundo jovem. Quanto maior o índice, ou mais distante de zero, maior a vitimização juvenil.

Em 2012, esse índice no Brasil chegou a 285. O que significa, pelos cálculos, que os jovens morrem por arma de fogo 285% mais vezes que o restante da população.

Para Julio Jacobo Waiselfisz, esses números só não são ainda maiores devido ao Estatuto do Desarmamento. Waiselfisz explica que o indicador de mortes evitadas é calculado pela comparação en-

tre a tendência de crescimento de mortes violentas antes da Lei e os números reais de ocorrências após a implementação do Estatuto.

## VIDAS POUPADAS

Graças à política nacional de controle de armas de fogo, no ano de 2014 foram poupadas 17.173 vidas que, somadas às taxas dos anos anteriores, totalizam 133.987 vidas poupadas em função do Estatuto do Desarmamento, afirma Waiselfisz.

Para a Bancada da Bala e sua representação em Goiás, não im-

portam os vários estudos que mostram que armas de fogo, nas mãos da população, aumentam o risco de assassinatos como desfecho de conflitos ou disputas, assim como aumentam os casos de mortes acidentais pelo uso indevido dessas armas.

Para o Sintego, cabe, em primeiro lugar, respeitar a dor das famílias enlutadas e, em defesa da vida de seus estudantes, educadores, educadoras e demais profissionais da educação, fortalecer, cada vez mais, uma cultura de paz nas escolas goianas.



**SINTEGO**  
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

filiação à  
**CUT** BRASIL **ONE** E

# ADOECEMOS A TERRA, E A TERRA NOS ADOECE

Leonardo Boff

De uma ou de outra forma, todos nos sentimos doentes física, psíquica e espiritualmente. Há muito sofrimento, desamparo, tristeza e decepção que afetam grande parte da humanidade. Da recessão econômica passamos à depressão psicológica. A causa principal deriva da intrínseca relação existente entre o ser humano e a Terra viva. Entre ambos vigora um envolvimento recíproco.

Nossa presença na Terra é agressiva, movemos uma guerra total à Gaia, atacando-a em todas as frentes. A consequência direta é que a Terra adocece. Ela o mostra pela febre (aquecimento global), que não é uma doença, mas aponta para uma doença: sua incapacidade de continuar a nos oferecer seus bens e serviços naturais.

A partir de 2 de setembro de 2017, ocorreu a Sobrecarga da Terra, vale dizer, as reservas da Terra chegaram ao fundo do poço. Entramos no vermelho. Para termos o necessário e, pior, para mantermos o consumo suntuário e o desperdício dos países ricos, devemos arrancar à força seus "recursos" para atender as nossas demandas. Até quando a Terra aguentará? A consequência será que teremos menos água, menos nutrientes, menos safras e os demais itens indispensáveis para a vida.

Nós, que consoante a nova cosmologia, formamos uma grande

unidade, uma verdadeira entidade única com a Terra, participamos da doença da Terra. Pela agressão aos ecossistemas e pelo consumismo, pela falta de cuidado da vida e da biodiversidade adoecemos a Terra.

Isaac Asimov, cientista russo, famoso por seus livros de divulgação científica, escreveu um artigo a pedido da revista New York Times, (do dia 9 de outubro de 1982) por ocasião da celebração dos 25 anos do lançamento do Sputnik, que inaugurou a era espacial, sobre o legado deste quarto de século espacial.

O primeiro legado, disse ele, é a percepção de que, na perspectiva das nave espacial, a Terra e a humanidade formam uma única entidade, vale dizer, um único ser, complexo, diverso, contraditório e dotado de grande dinamismo, chamado pelo conhecido cientista James Lovelock, de Gaia. Somos aquela porção da Terra que sente, pensa, ama e cuida.

O segundo legado, consoante Asimov, é a irrupção da consciência planetária: a Terra é o grande objeto do pensamento, e não mais as nações. Terra e Humanidade possuem um destino comum. O que se passa num se passa também no outro. Adocecce a Terra, adocecce juntamente o ser humano; adocecce o ser humano, adocecce também a Terra. Estamos unidos pelo bem e pelo mal.

Mas também ocorre o inverso:

sempre que nos mostramos mais saudáveis, cuidando melhor de tudo, recuperando a vitalidade dos ecossistemas, melhorando nossos alimentos orgânicos, despoluindo o ar, preservando as águas e as florestas, é sinal que nós estamos revitalizando a nossa Casa Comum.

Segundo Ilya Prigogine, cientista russo-belga, prêmio Nobel em química (1977), a Terra viva desenvolveu estruturas dissipativas, isto é, estruturas que dissipam a entropia (perda de energia). Elas metabolizam a desordem e o caos (dejetos) do meio ambiente de sorte que surgem novas ordens e estruturas complexas que se auto organizam, fugindo à entropia e positivamente, produzindo sintropia (produzindo energia: Order out of Chaos, 1984).

Assim, por exemplo, os fótons do sol são para ele inúteis, energia que escapa ao queimar hidrogênio do qual vive. Esses fótons que são desordem (rejeito), servem de alimento para a Terra, principalmente para as plantas quando estas processam a fotossíntese. Pela fotossíntese, as plantas, sob a luz solar, decompõem o dióxido de carbono, alimento para elas e liberam o oxigênio, necessário para a vida animal e humana.

O que é desordem para um serve de ordem para outro. É através de um equilíbrio sutil entre ordem e desordem (caos: Dupuy, Ordres

et Désordres, 1982) que a vida se mantém (Ehrlich, O mecanismo da natureza, 1993). A desordem força a criar novas formas de ordem, mais altas e complexas com menos dissipação de energia. A partir desta lógica, o universo caminha para formas cada vez mais complexas de vida e assim para uma redução da entropia (desgaste de energia).

A nível humano e espiritual, se originam formas de relação e de vida nas quais predomina a sintropia (economia de energia) sobre a entropia (desgaste de energia). A solidariedade, o amor, a compaixão, o pensamento, a comunicação são energias fortíssimas com escasso nível de entropia e alto nível de sintropia. Nessa perspectiva temos pela frente não a morte térmica, mas a transfiguração do processo cosmogênico se revelando em ordens supremamente ordenadas, criativas e vitais.

Quanto mais nossas relações para com a natureza forem amigáveis e entre nós cooperativas, mais a Terra se vitaliza. A Terra saudável nos faz também saudáveis. Curamo-nos conjuntamente.



**Leonardo Boff**  
Filósofo. Teólogo. Escritor.  
Excerto do livro Saber Cuidar.  
18ª Edição. Editora Vozes.  
2012.

# CONAPE:

## ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO

Adércia Bezerra Hostin dos Santos  
Madalena Guasco Peixoto

Em junho de 2016, a partir de uma convocação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee -, para a realização da II Plenária Nacional de Educação, organizou-se, com a participação de diversas entidades do campo educacional, o Comitê Nacional de Educação Contra o Golpe, em Defesa da Democracia, Fora Temer, Nenhum Direito a Menos! - mais tarde transformado, após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, no Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública -, do qual nossa Confederação foi e é protagonista.

Passado quase um ano e meio da formação do comitê, a resistência aos golpes contra as políticas educacionais desferidos pelo governo ilegítimo de Michel Temer e o Ministério da Educação de Mendonça Filho tem não só se intensificado, como também se fortalecido. E o maior exemplo disso é a instituição do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) - resposta à dissolução arbitrária, pelo MEC, do Fó-

rum Nacional de Educação (FNE) como conquista da sociedade civil - e a convocação para a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que se realizará em Belo Horizonte, em abril de 2018.

Diante do atual cenário de ataques à educação, desmanche das políticas públicas e submissão do governo aos interesses privatistas, nossa participação na Conape e no FNPE é uma das principais ações de transformação, resistência e enfrentamento, em defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, laica e de qualidade socialmente referenciada, bem como da regulamentação do setor privado de ensino.



**Adércia Bezerra Hostin dos Santos**  
Coordenadora da Secretaria de Assuntos  
Educação da Contee.



**Madalena Guasco Peixoto**  
Coordenadora da Secretaria-Geral da Contee.



# CONAPE 2018

Conferência Nacional Popular de Educação

## ETAPA NACIONAL: BELO HORIZONTE/MG

DE 26 A 28 DE ABRIL DE 2018

- CONTRA OS RETROCESSOS GOLPISTAS NA EDUCAÇÃO
- POR UMA UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, POPULAR E DEMOCRÁTICA

**PARTICIPE DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS EM SEU MUNICÍPIO E ESTADO!**

# O CARRO VERDE NO BRASIL

Antenor Pinheiro

Temos apenas três mil, mas houvesse governo comprometido com políticas públicas decentes no Brasil, teríamos milhões de carros elétricos circulando por aí.

Num mundo submetido à hegemonia dos combustíveis fósseis, é esta a solução desejável para que sejam reduzidos os nocivos efeitos oriundos das emissões de poluentes atribuídos aos sistemas de transportes na atualidade.

Afinal, se atualmente experimentamos graves problemas atmosféricos, com uma frota de 45 milhões de veículos, em 2030 circularão 89 milhões, que despejarão na atmosfera algo próximo de 88 megatoneladas de monóxido de carbono (CO<sup>2</sup>) por ano, se não forem tomadas medidas que aumentem a eficiência energética da nossa frota veicular.

Mas se a boa alternativa para evitar a catástrofe atmosférica passa pela popularização do carro elétrico em nosso meio, por que raios não investimos neste modelo como proposta de um mundo melhor para as futuras gerações? Primeiro, porque geralmente iniciativas quando existem neste sentido surgem no âmbito de Prefeituras, portanto de alcance apenas local e não imune a sucessivas mudanças legislativas a depender do governo de plantão.

A segunda dificuldade é de ordem tecnológica. Por não merecer prioridade nacio-

nal, os veículos elétricos colecionam problemas como tempo de carga de baterias que podem durar entre 6 e 8 horas em condições normais.

Também, diretamente relacionada com a capacidade das baterias, está a questão da autonomia de uso, já que o carro elétrico poderá rodar com carga completa entre 100km e 200km a depender do modelo utilizado.

E por terem razoáveis vantagens na operação, pesa o custo de aquisição, principalmente porque sua produção é limitada, conforme sugere o tamanho da frota nacional.

Mas, se por um lado a opção elétrica acumula obstáculos, por outro suas vantagens compensam os transtornos, até porque todos estes são perfeitamente superáveis se merecer investimentos em inovações tecnológicas já disponíveis na Europa, EUA, Japão, Canadá, Coreia etc. A começar da maior eficiência do motor e dos ganhos com a não emissão de gases, ruídos e ausência de sistema de escape – daí os elétricos terem o politicamente correto apelido de carros verdes.

Confirma o *Portal Energias Renováveis* que o custo da energia elétrica despendido por carros elétricos com o armazenamento de energia em baterias, corresponde a um terço do valor do custo do combustível uti-

lizado por veículos de combustão interna, para a mesma distância percorrida e em condições idênticas de uso – além dos baixos custos de manutenção, já que dispensam trocas de óleo frequentes e outras operações de manutenção.

Outra vantagem que mitiga o problema do abastecimento é o sistema de *paragem regenerativa*, por meio do qual seu motor elétrico funciona como um gerador de energia para o próprio sistema entre a parada e saída do veículo em circulação.

E finalmente a condução do veículo, que além de agradável, dispensa pedal de embreagem e caixa de condução (de velocidades). Tanto para a cidade, como em situações em que seja necessário fazer retomadas de aceleração rápida, como nas manobras de ultrapassagem, não é preciso ter preocupação com a caixa de velocidades – o sistema elétrico responde em melhores condições.

Enfim, para não dizer que o governo não faz nada, dá-se um desconto. Segundo Ivan Whately (antp.org.br), o governo *estuda* (repetimos, *estuda*) a redução do Imposto sobre Produtos In-

dustrializados (IPI) que incide sobre os veículos elétricos dos atuais 25% para 7,5%, a mesma alíquota dos veículos flex, conforme declarações aos jornais do Ministro Fernando Coelho Filho, das Minas e Energia.

Não obstante ainda ser, digamos, *um estudo*, a intenção oficial é acanhada, considerando o que historicamente o governo brasileiro concede em incentivos fiscais, subsídios e facilidades para as poderosas montadoras de veículos de combustão fóssil.

Como se vê, a hegemonia do *carro verde*, principalmente por aqui, ainda pertence a um horizonte muito, mas muito distante – uma utopia, mesmo!



**Antenor Pinheiro**

Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP





## UBUNTU: Eu sou porque nós somos

“Tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que eu pensava”. O encantamento e identificação de Paulo Freire com as belezas naturais e a cultura da Tanzânia, na década de 1970, demonstram a proximidade das raízes brasileiras com o continente considerado berço da humanidade e das civilizações.

Sem saber, Freire vivenciava, na prática, a filosofia africana *UBUNTU*, que na língua bantu significa “eu sou porque nós somos.” Trata-se do jeito de viver e conceber as relações humanas que pensa a comunidade em seu sentido mais pleno, como uma grande família. E é nesse sen-

tido, nesse espírito de coletividade, no qual se vivenciam os princípios de partilha, do cuidado mútuo, e da solidariedade, que a África dá mais uma lição e nos ensina sobre a cosmogonia do mundo negro-africano.

Seríamos, assim, uma teia de relacionamentos, que proporciona ao indivíduo reconhecer-se no outro, a partir da mudança de olhar do “eu” para o “nós”. Ou seja, não estamos soltos no mundo e precisamos da interação para nos realizarmos como grupo. “A educação deve partir, sempre, da coletividade. E o racismo será vencido porque nós estamos no coletivo fazendo este trabalho, CNTE, movimento negro,

escola e sociedade”, lembra Iêda Leal, secretária de Combate ao Racismo da CNTE.

Reinterpretando, ao longo da história, o *UBUNTU* é ainda mais atual, ao inspirar a luta por uma sociedade democrática, igualitária e com amplo acesso às oportunidades para a vida com dignidade. Juntos, seremos mais fortes para o enfrentamento dos desafios e a superação das inúmeras formas de discriminação e desigualdade.

Fonte: Jornal Mural da CNTE - Novembro, 2017.

# SINDICATO INTEGRA CAMPANHA “NOVEMBRO AZUL” PELA SAÚDE DOS HOMENS



O Sindicato dos Bancários de Brasília troca a cor da fachada do rosa para o azul em novembro, mês dedicado para ações de promoção à saúde do homem, principalmente contra o câncer de próstata. Internacionalmente, o mês chama a atenção sobre a importância da prevenção.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), a estimativa é que, entre 2016 e 2017, o Brasil tenha incidência de cerca de 61 mil novos casos de câncer de prósta-

ta, o tipo de maior recorrente entre os homens. Neste sentido, o diagnóstico precoce é fundamental para a cura.

“Diante desses dados, nos damos conta que o câncer é um problema de saúde pública e que as políticas de prevenção e tratamento devem ser pauta permanente dos programas de governo, estendendo-se para além das campanhas de conscientização”, ressalta **Mônica Dieb**, secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato.

### IMPORTÂNCIA DA CAMPANHA

Se a doença for detectada ainda no início, as chances de cura aumentam em 90%. Entretanto, um grande obstáculo a ser vencido é o preconceito com relação aos exames preventivos.

O Ministério da Saúde recomenda que os exames preventivos e do antígeno prostático específico (PSA) sejam realizados anualmente, principalmente pelos homens na faixa dos 50 anos. Para aqueles que possuem histórico familiar da doença, esses exames devem ser feitos a partir dos 45 anos.



Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,  
faz a Xapuri continuar acontecendo!

**REVISTA  
IMPRESSA**

**ANUAL**

R\$ **120**,00  
12 EDIÇÕES

**BIANUAL** R\$ **199**,00

24 EDIÇÕES  
(BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

**REVISTA  
DIGITAL**

**ANUAL**

R\$ **60**,00  
12 EDIÇÕES

**BIANUAL** R\$ **99**,00

BÔNUS: REVISTA IMPRESSA  
(DO MÊS DA ASSINATURA)

**ASSINE JÁ!**

**[WWW.XAPURI.INFO/ASSINE](http://WWW.XAPURI.INFO/ASSINE)**